

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO E CONTINUADA NOS DIAS 2 E 23 DE MARÇO DE 2004.** -----

----- **ACTA NÚMERO CINQUENTA E UM** -----

----- No dia 23 de Março de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António da Silva, Armando Dias Estácio, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Dina Maria Veredas Nunes, Domingos Alves Pires, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Francisco José Fernandes Martins, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Luísa dos Santos Teixeira, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José

Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Levi Marques Santos, José Dimas Bernardes Salsinha, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, João Gordo Martins, Esmeraldo de Oliveira Cruz, Rui Manuel Santos Matos Alves, Sérgio Rui Lopes Cintra, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, Jorge Napoleão Garcia Inácio, José Domingos Pereira Gonçalves, Maria Augusta da Conceição Barata Marques de Oliveira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, Carlos Filipe Marques Lima, João de Deus Gomes Pires, José Manuel Afonso Possidónio, Lourenço Ramos Bernardino. ----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques Santos. -----

----- Pedro Portugal (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Coelho. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Salsinha. -----

----- Miguel Coelho (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Flávio Fonte. -----

----- Dias Baptista (PS), por 1 dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- José Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes. -----

----- Rodrigo Moctezuma (PPM), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Domingos Gonçalves. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Irene Lopes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, por Maria Augusta Marques de Oliveira. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Joaquim Fernandes Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São João de Brito, por Esmeraldo Oliveira Cruz. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ricardo Chaves (PSD), relativamente às reuniões realizadas nos dias 2 e 16 de Março de 2004. -----

----- Carlos Lima (PCP), relativamente à presente reunião. -----

----- Renunciou ao mandado, por motivos de ordem profissional, o Deputado Municipal Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto, que havia sido eleito na lista da coligação “Mais Lisboa”, pelo PSD, entrando em sua substituição o Deputado Municipal António Manuel Pimenta Prôa, que se lhe seguia na respectiva lista. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião informando que era a terceira reunião da Sessão Ordinária iniciada no dia 17 de Fevereiro, à qual foram aditados mais os seguintes pontos: -----

----- Terceiro aditamento: -----

----- **Ponto 17 – Proposta 105/2004;** -----

----- **Ponto 18 – Proposta 109/2004;** -----

----- Quarto aditamento: -----

----- **Ponto 19 – Proposta 112/2004;** -----

----- **Ponto 20 – Proposta 113/2004;** -----

----- **Ponto 21 – Proposta 114/2004;** -----

----- **Ponto 22 – Proposta 115/2004;** -----

----- **Ponto 23 – Proposta 117/2004;** -----

----- **Ponto 24 – Proposta 124/2004;** -----

----- **Ponto 25 – Proposta 125/2004;** -----

----- Quinto aditamento: -----

----- **Ponto 26 – Proposta 145/2004;** -----

----- Informou, também, que houve acordo na Conferência de Representantes para que fosse votado, nesta reunião, um Voto de Condolências e de Solidariedade com os povos de Madrid e de Espanha, Voto esse assinado e proposto pelo Presidente da Assembleia e subscrito pelos representantes de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal. -----

----- Leu então o aludido Voto, que tinha o seguinte teor: -----

----- **VOTO DE CONDOLÊNCIAS E DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DE MADRID E DE ESPANHA.** -----

----- “A dor, a angústia e a revolta que se apossaram de nós, perante os actos terroristas perpetrados no dia 11 de Março de 2004 em Madrid, levam-nos a expressar através de V. Ex^a., Senhor Alcaide de Madrid, a total solidariedade aos povos dessa Cidade e de Espanha, apresentando as mais sentidas condolências pela morte cruel de centenas de homens, mulheres e crianças, de habitantes e trabalhadores que pacificamente se dirigiam aos seus destinos e locais de trabalho, desejando que as muitas centenas de feridos se restabeleçam e que a vida em Madrid e em Espanha possa prosseguir, na procura da paz e do progresso que todos anseiam. -----

----- Ao fanatismo, à cegueira e à ignorância no mundo é necessário responder com a condenação clara dos actos terroristas e com a mais ampla participação na vida dos países e povos, na procura do conhecimento, do amor à paz e ao desenvolvimento tão ansiado e necessário. -----

----- Nestes dias dolorosos em que nos irmanamos a todos os que directamente sofreram e sofrem o pesadelo brutal do terror, cabe aos povos e aos seus representantes pugnarem pelos caminhos da democracia participativa e da justiça, na procura de propostas e soluções que libertem a humanidade da fome, das guerras e do atraso, fermentos de caldos de cultura onde se forjam mais ignomínia e morte. -----

----- Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, reunidos em 23 de Março de 2004, afirmam solenemente que estão juntos e convosco, povos de Madrid e de Espanha, no infortúnio de hoje e no amanhã que é necessário erguer e prosseguir, para que, sobre a dor e a revolta, voltem a crescer a esperança e a felicidade merecidas. -----

----- Aqui guardamos um minuto de silêncio em memória e em solidariedade com as vítimas dos atentados terroristas de Madrid e seus familiares, pensando em vós e formulando os melhores votos de amizade entre Lisboa e Madrid e entre os povos de Portugal e de Espanha.” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das vítimas do referido atentado. -----

----- **O Senhor Presidente** informou, ainda, que o Voto seria publicado nos principais órgãos de comunicação, e enviado às autoridades de Madrid e de Espanha. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA 68/2004 – APROVAR A RECTIFICAÇÃO DA ÁREA DA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA DAMASCENO MONTEIRO A DESAFECTAR DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA A SUBSEQUENTE CEDÊNCIA À EMEL – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 68/2004 -----

----- “Considerando que: -----

----- Através da Proposta n.º 241/03, aprovada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal nas suas reuniões de 28/05/2003 e 01/07/2003, respectivamente, foi deliberado desafectar do domínio público municipal uma parcela de terreno sita na Rua Damasceno Monteiro, com a área de 1.618,00 m², e transmitir a sua propriedade à EMEL, a título de dação em pagamento, para a construção de um silo automóvel; -----

----- Por lapso, foi incluído um terreno privado na área da referida parcela; -----

----- A parcela de terreno municipal tem efectivamente a área de 1.360,90 m², o que implica a rectificação da aludida Proposta n.º 241/03, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64.º, n.º 6, alínea a), e 53.º, n.º 2, alínea i) e n.º 4, alínea b), todas da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- A rectificação da área da parcela de terreno sita na Rua Damasceno Monteiro a desafectar do domínio público municipal para subsequente cedência à EMEL, lapisada a verde na cópia da Planta n.º 03/040-B/02 do Departamento do Património Imobiliário, que passa a ser de 1.360,90 m², bem como do respectivo valor, que passa a ser de € 1.358.376,70 (Um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e seis euros e setenta cêntimos). -----

----- Em tudo o mais se mantém o deliberado através da Proposta n.º 241/03. -----
(Processo Privativo n.º 65/DPI/03)” -----

----- JUSTIFICAÇÃO DO VALOR PROPOSTO -----

----- O valor da parcela de terreno previsto na Proposta n.º 241/03 resultou de avaliação efectuada por uma empresa especializada, tendo como base de cálculo a área de 1.618,00 m². -----

----- Assim, o valor da parcela de terreno cuja área é agora rectificada para 1.360,90 m², é determinado proporcionalmente, como segue: -----

----- (€ 1.615.000,00 x 1.360,90 m²): 1.618,00 m² = € 1.358.376,70 (Um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e seis euros e setenta cêntimos).” --

----- **PARECER** -----

----- A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, apresentou o seguinte Parecer sobre a proposta 68/2004: -----

----- “A proposta em causa visa corrigir o valor atribuído ao terreno cedido à EMEL pela Proposta 241/2003 em virtude da área cedida ter sido reduzida. -----

----- O cálculo teve em conta duas condicionantes; -----

----- 1. a redução da área do terreno de 1618 m² para 1360.9 m², -----

----- 2. o impacto da oneração da propriedade do terreno resultante da possibilidade de reversão da propriedade do terreno caso a maioria do Capital Social da EMEL venha a ser detido por entidades privadas. -----

----- No que respeita à 1ª condicionante é opinião desta comissão que o cálculo reflecte correctamente a perda de valor potencial do terreno. -----

----- Quanto à 2ª condicionante a desvalorização proposta, cerca de 3,5%, garante um preço final claramente adequado às condições actuais de mercado. -----

----- Assim, esta Comissão nada tem a opor ou a acrescentar à Proposta 68/2004. -----

----- O Parecer foi aprovado por unanimidade.” -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, no uso da palavra para apresentação do Parecer, disse que se dissiparam algumas dúvidas que inicialmente tinham sobre a proposta e verificou-se, conforme referido no Parecer, que nada havia a acrescentar nem a opor. -----

----- Entendiam que era um negócio perfeitamente normal em termos de valores de mercado, pelo que, no entender da Comissão, ela estava perfeitamente em condições de ser discutida e votada pela Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 68/2004, tendo a Assembleia deliberado

aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PEV, PPM e BE, e a abstenção do PCP . -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 17 – PROPOSTA 105/2004 – APROVAR UMA NOVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 5/DOIS-DCMIS/2003 – “CARREGAMENTO DIGITAL DA INFORMAÇÃO DE CADASTRO DAS BACIAS DE DRENAGEM DO TERREIRO DO PAÇO, BEIROLAS, ALGÉS E “ADJACENTES”, À EMPRESA AQUASIS – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTº 22º DO DL 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO Nº 1 DO ARTº. 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 105/2004 -----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa tem promovido a constituição do Sistema de Informação Geográfica dos sistemas de drenagem de águas residuais e pluviais da cidade de Lisboa; -----

----- Considerando que, até hoje, foi efectuado o carregamento digital da informação das bacias de Alcântara e Chelas; -----

----- Considerando a necessidade de completar o carregamento das bacias restantes e de elaborar o Plano de Drenagem da cidade de Lisboa, que irá determinar alguns parâmetros para o desenvolvimento do Plano Director Municipal da cidade; -----

----- Considerando que, através de despacho exarado em 11 de Março de 2003 pelo Ex.º Senhor Vereador Carmona Rodrigues, na Informação n.º 292/03/DCMIS, foi autorizado o lançamento do procedimento por ajuste directo para a realização da Prestação de Serviços n.º 5/DOIS-DCMIS/2003 – “Carregamento digital da informação de cadastro das bacias de drenagem de Terreiro do Paço, Beirolas, Algés e “adjacentes””; -----

----- Considerando que, em resposta a convite, a empresa AQUASIS - Sistemas de Informação, S.A. apresentou proposta de acordo com o caderno de encargos, no valor de € 221.560,00, com exclusão de IVA; -----

----- Considerando a proposta do Departamento de Obras de Infra-estruturas e Saneamento de adjudicação da Prestação de Serviços, constante da Informação n.º 161/04/DCMIS; -----

----- Considerando que a despesa resultante, embora dando lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado no âmbito do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, porque reveste, em sede de classificação económica das despesas públicas, natureza de despesa corrente; -----

----- Considerando que, atento o disposto no n.º 5.1 do artigo 9.º do Regulamento do Orçamento de 2003, a Assembleia Municipal de Lisboa, através da Deliberação 125/AM/03, de 16 de Dezembro de 2003, sob a Proposta n.º 707/2003, aprovou a repartição do encargo de € 263.656,40, com inclusão de IVA, da seguinte forma: -----

▪	2003	-	€ 149.644,88
▪	2004	-	€ 88.502,68
▪	2005	-	€ 25.508,84;

----- Considerando que não foi possível proceder a qualquer pagamento durante o ano de 2003 e que, de tal situação, resultou a impossibilidade prática de assumir os respectivos encargos, de acordo com a repartição de encargos autorizada por aquela Deliberação; -----

----- Considerando que existe, assim, necessidade de adequar a repartição de encargos à real situação da Prestação de Serviços a adjudicar; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- 1. Adjudicar, nos termos das alíneas d) e f) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, o Ajuste Directo para a realização da Prestação de Serviços n.º 5/DOIS-DCMIS/2003 – “Carregamento digital da informação de cadastro das bacias de drenagem de Terreiro do Paço, Beirilas, Algés e “adjacentes””, à empresa AQUASIS - Sistemas de Informação, S.A., pelo valor da sua proposta, no montante de € 221.560,00 (duzentos e vinte e um mil e quinhentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa de 19%, no valor de € 42.096,40, o que totaliza o montante de € 263.656,40. -----

----- 2. Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo, atento o disposto na parte final da alínea c) do n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento para 2004, uma nova repartição de encargos relativa à Prestação de Serviços indicada em 1, com incidência nos anos económicos de 2004 e 2005, conforme abaixo se indica: -----

▪	2004	-	€ 149.644,88
▪	2005	-	€ 114.011,52

----- O encargo relativo ao ano de 2004 tem cabimento na rubrica 14.01 / 02.02.20 do Orçamento em vigor, no âmbito do projecto “INFORMATIZAÇÃO DO CADASTRO DAS BACIAS”, código 04/03/A401 do Plano de Actividades.” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 105/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 18 – PROPOSTA 109/2004 – APROVAR O AUTO DE CESSÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E O IGAPHE – INSTITUTO DE GESTÃO E ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL DO ESTADO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO**

Nº 2 DO ARTº. 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 109/2004 -----

----- “Considerando que a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro- Lei Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais- comete responsabilidades aos Municípios no âmbito da habitação, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local; -----

----- Considerando que a descentralização administrativa assegura a concretização do princípio da subsidiariedade e o reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional, devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível da administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade dos cidadãos; -----

----- Considerando que a redução do papel do Estado na iniciativa e controlo da promoção da habitação é um objectivo a prosseguir, por forma a que os Municípios possam assumir maiores responsabilidades através de novas atribuições e competências nesta matéria; -----

----- Considerando que uma maior eficácia na gestão do parque habitacional obtêm-se não só por uma maior proximidade geográfica dos Municípios em relação aos bens transferidos, mas também pelo conhecimento das suas realidades sociais; -----

----- Considerando que o Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio, permite que se proceda à transferência gratuita dos bens imóveis e dos respectivos direitos e obrigações, propriedade do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, para os Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto; -----

----- Considerando que estão criadas as condições para se proceder à transferência gratuita dos bens imóveis e dos respectivos direitos e obrigações, propriedade do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, situados na área geográfica daquele, ao abrigo do artigo 19º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de Maio. -----

----- Considerando que em 30 de Julho de 2003 foi aprovado pela CML a minuta de “Protocolo de Promessa de Transferência de Bens Imóveis e Dos Respective Direitos e Obrigações Propriedade do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado para o Município de Lisboa”. -----

----- Considerando que a transferência de património, direitos e obrigações do IGAPHE para o Município de Lisboa será celebrada mediante auto de cessão nos termos do n.º 3 do artigo 19º do Decreto-lei n.º 163/93, de 7 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 271/2003, de 28 de Outubro. -----

----- Nestes termos, e com os presentes fundamentos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, nos termos da alínea do n.º 6 do art. 64º e da alínea i) do n.º 2 do art. 53º, ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5/A/2002, delibere submeter à autorização da Assembleia Municipal o Auto de Cessão que ambos os Outorgantes reciprocamente aceitam e ao qual se vinculam, nos seus termos.” -----

----- (O Auto de Cessão, anexo à presente proposta, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivado, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que todos tinham conhecimento do estado de degradação em que se encontravam a maioria dos fogos a vir à posse da Câmara, pelo que achava inoportuno, e até de alguma irresponsabilidade, aceitar esse autentico presente envenenado, vindo do Governo e do IGAPHE, sem que a Câmara tivesse negociado formas ou programas financeiros para proceder às obras de recuperação de que tanto careciam, como, por exemplo, os edifícios do IGAPHE existentes no Bairro das Amendoeiras, no Bairro dos Lóios, em que os elevadores há muito tempo deixaram de funcionar correctamente e onde o betão se desprendia dos ferros e caía em cima das pessoas, etc. -----

----- Isto para já não falar nos aspectos jurídicos de propriedade, que não se sabia muito bem se o IGAPHE tinha resolvido com as pessoas que lá moravam. -----

----- Mas ainda mais preocupados ficavam quando sabiam que a vinda desse elevado número de fogos para o património municipal, no estado em que se encontravam, vinha acrescentar mais um problema. A Câmara já hoje não era capaz de manter e conservar o seu património, nomeadamente nos bairros municipais, por exemplo em Marvila, no Bairro do Condado, Quinta do Chalé, Bairro das Salgadas Velho, etc., o que fazia com que a Câmara fosse considerada como o pior senhorio de Lisboa. E agora aceitava, desta forma pouco cuidada e sem quaisquer garantias, a responsabilidade toda só para si quando deveria ter negociado com os verdadeiros responsáveis pelo estado em que esse património se encontrava. Ou seja, o Governo e o IGAPHE. -----

----- Aliás, era bom referir que em anteriores negociações para a transferência desse tipo de património, houve Municípios que conseguiram negociar com o IGAPHE a posse do património, quer a manutenção dos fogos, quer equipamentos, quer espaços verdes, e só aceitá-los após terem sido recuperados, ou negociar a transferência adicional de meios para a sua recuperação. De resto, como exemplo positivo nessa área, ressaltava a posição assumida pelo então Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, que não só obrigara que esse património fosse recuperado para vir à posse da Câmara, como até negociara as verbas necessárias para a construção dos equipamentos que faziam falta nesses bairros. -----

----- Esse era um exemplo que a Câmara Municipal de Lisboa poderia e deveria ter assumido. -----

----- Por todas essas razões, e devido ao não acautelamento dos interesses da cidade e dos seus cidadãos, o PCP iria votar contra a proposta n.º 109/2004. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, no uso da palavra, disse que gostaria de tecer algumas considerações em relação a esta proposta, basicamente enquadrando-as numa perspectiva mais geral. -----

----- Disse, então, que este era um problema que existia praticamente a nível de todo o País, o problema da habitação social onde havia um parque significativo, pertencente

ao IGAPHE, quase em todos os concelhos. Era um parque que já tinha umas dezenas de anos, e o que se passava era que foi entendido pelo Governo, e não só, grande parte do movimento autárquico aceitou esse princípio de transferir para as Câmaras Municipais o parque habitacional do IGAPHE. E isso tinha algumas vantagens pela simples razão de que a gestão desse parque habitacional seria melhor desenvolvida por quem estivesse mais próximo. -----

----- Portanto, quando as Câmaras aceitaram, de uma maneira geral, o princípio, aceitaram-no de uma forma também responsável. Ou seja, se, por um lado, algum parque habitacional estava degradado ou simi-degradado, por outro lado, também trazia algumas vantagens na medida em que esse parque habitacional ia libertando algumas pessoas, umas por falecerem e outras porque deixavam de necessitar de casas de cariz social, e assim libertando espaços para outros segmentos da população com carências habitacionais, o que realmente aumentava a capacidade das Câmaras Municipais nessa área. -----

----- Por conseguinte, compreendia a preocupação do Deputado Municipal António Pereira, porque na área da sua freguesia existiam 67 prédios que eram transferidos do IGAPHE para a Câmara Municipal de Lisboa, mas mesmo o PCP, a nível da Câmara, se era certo que não votou a favor também não votou contra, absteve-se. De qualquer modo, a posição que assumira teve uma resistência muito maior em relação à conservação de alguns prédios, mas entretanto essa situação foi ultrapassada pois a conservação acabou por ser feita ainda a nível do IGAPHE. Portanto não via grande razão para uma posição frontal de rejeição por parte do Deputado Municipal António Pereira em relação a esta matéria. -----

----- Para além disso, havia um outro factor muito importante que consistia num programa que o Governo já tinha elaborado, e que brevemente sairia, o PROHABITA, que fazia o enquadramento de apoio à reconstrução da habitação degradada, por parte dos Municípios, pelo que a situação que o Deputado Municipal António Pereira levantara de que deveria ser o Estado a suportar a conservação do parque habitacional, de algum modo estaria esbatida nesta altura porque o Estado ia conceder ajudas e participações às Câmaras Municipais para reajustamento e para recuperação do parque habitacional. -----

----- Por isso, o PSD não via que houvesse grandes problemas, antes pelo contrário entendiam que era importante que isso viesse a acontecer porque era um reajustamento estrutural a que se procedia, transferindo o parque habitacional para as áreas e gestão das Câmaras Municipais, onde, essas sim, poderiam ter uma gestão directa, apropriada e determinante na conservação e na redistribuição de alguns fogos que porventura estivessem vagos, para suprir carências habitacionais na área social. ---

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que a posição do Bloco de Esquerda sobre a proposta em discussão não era que houvesse um processo de descentralização com o qual estavam de acordo, não era o processo de descentralização como princípio que podiam pôr em causa, o problema eram as condições em que essa descentralização era feita. E o problema concreto era que tinham uma situação em que estavam confrontados, enquanto Município, com dezenas

de milhares de fogos para recuperação, que cada vez mais se colocava como um questão central na política municipal da cidade e, de repente, o Estado transferia uma responsabilidade para o Município, sem se perceber qual era a mochila financeira que vinha juntamente com essa responsabilidade, sem se perceber que consequências concretas e efectivas é que a transferência dessa responsabilidade acarretava para o Orçamento do Município e para a qualidade de vida das populações. -----

----- Portanto, colocando-se a proposta dessa forma ela aparecia mais como uma desresponsabilização do Estado, e tinham que notar que havia uma tendência para cada vez mais o Estado se desresponsabilizar das questões da educação, saúde, etc., e transferia-as, pura e simplesmente, para o Município sem qualquer outra possibilidade para o Município enfrentar esta situação. -----

----- Por conseguinte, não os preocupava o problema da descentralização, não os preocupava o problema de que a gestão desses assuntos devia estar o mais próximo possível dos cidadãos, o que os preocupava, de facto, eram as consequências concretas que nesta proposta não estavam explícitas e que pareciam configurar mais um presente envenenado do que uma transferência de património para o Município de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que a proposta em discussão, que se referia à transferência para a Câmara Municipal de Lisboa dos edifícios pertencentes ao IGAPHE, significava, no entender do PCP, a Câmara assumir um conjunto de fogos completamente degradados, com necessidades e problemas estruturais. -----

----- O que é que vai receber a Câmara? Vai receber um conjunto de edifícios em relação aos quais tem obrigação de receber as dívidas das rendas, tem obrigação de celebrar acordos com os ex-moradores, terá que tratar das indemnizações, etc. -----

----- A Câmara recebia um conjunto de edifícios que, no seu entender, eram um presente envenenado, para juntar às dezenas de edifícios municipais que estavam altamente degradados e gostava de saber como é que a Câmara foi assinar um protocolo de acordo com o IGAPHE para esse efeito. -----

----- No entender do PCP a Câmara deveria salvaguardar o direito de recuperação desses edifícios antes de assinar qualquer protocolo, porque a Câmara Municipal de Lisboa era a única prejudicada com isso. -----

----- Nesse sentido, entendiam que esta proposta não tinha condições para ser presente à Assembleia sem que todas essas questões fossem acauteladas e, por essa razão, o PCP não estava de acordo com ela. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Sabino (PS)**, no uso da palavra, disse que com conhecimento de causa, porque a freguesia onde mora e é autarca, Marvila, é das mais afectadas, desejava referir que passar para a Câmara esses prédios do IGAPHE era um presente que não diria envenenado mas super-envenenado, não havia nada que os pudesse salvar. -----

----- Aliás, aconselhava qualquer colega que tivesse dúvidas do que estava a dizer e do que foi dito pelo seu colega e amigo, Deputado Municipal António Pereira, que fosse a Marvila verificar o estado em que se encontravam os prédios do IGAPHE. É que

olhavam e reparariam que a maior parte do cimento tinha desaparecido, só se via ferro. -----

----- Ora, se o IGAPHE até agora quando vendia aos inquilinos fazia previamente obras, cabia perguntar qual a razão porque a Câmara, que não tinha dinheiro para fazer a recuperação do património que tinha, e não iria também ter dinheiro para fazer a recuperação desse património que ia herdar, não exigia ao Poder Central, a quem pertencia o IGAPHE, que fizesse obras previamente como fazia antes de vender aos inquilinos. -----

----- Convidou quem quisesse acompanhá-la, assim como ao Presidente da Junta, pois teriam muito gosto em mostrar, por exemplo, a situação em que se encontravam os prédios do IGAPHE no Bairro dos Lóios, onde havia um que inclusivamente tinha um pilar rachado pondo em perigo não só os moradores como as pessoas que por ali passavam. Não era demagogia, era uma realidade que podiam mostrar a quem quisesse ver. -----

----- Estava crente, fazia essa justiça ao Presidente da Câmara, que ele certamente não ia querer um património que iria trazer mais problemas à Câmara, quando ela não tinha dinheiro para resolver os problemas que já tinha no seu património. -----

----- Por isso, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que usasse a sua influência junto do Poder Central para que ele fizesse à Câmara Municipal de Lisboa aquilo que fez aos particulares, isto é, que arranjasse as casas antes delas passarem para a Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que não havia dúvida, e foi ali bem patente, que essa transmissão do IGAPHE para a Câmara se referia a um conjunto de prédios bastante degradados, edifícios em estado de degradação eminente. E ouviu com curiosidade, nomeadamente o BE e o PCP, muito preocupados com os problemas que a Câmara poderia vir a suportar, tendo em vista a recepção desses edifícios. -----

----- Mas não viu ninguém preocupado, nem do BE, nem do PCP, nem do PS, com as pessoas que lá viviam. Curiosamente, as pessoas que lá viviam e que tinham os edifícios em eminente ruína, não preocupavam ninguém. Só se preocuparam com aquilo que era o cimento, os ferros, etc., mas nada se preocuparam quanto às pessoas que lá viviam, quando elas deveriam merecer tanta consideração como as que viviam em todos os prédios da cidade que estavam em boas condições. -----

----- Portanto, se a Câmara recebia esse património e se comprometia, obviamente, a dar-lhe uma solução, solução que com certeza teria em vista a recuperação, directa ou indirectamente, desses mesmos edifícios, criando condições de vida para as pessoas que neles habitam, era seu entendimento que deveriam louvar esse gesto da Câmara, até porque, pelos vistos, não havia alternativa já que o IGAPHE não estava em condições de poder suportar, como não esteve nos anos anteriores em que toda essa degradação se verificara, a sua recuperação. -----

----- Naturalmente, os Municípios, herdando esse património e estando eles, com excepção de alguns partidos, preocupados com a qualidade de vida das pessoas, com certeza exerceriam uma pressão muito maior para resolver esse problema. -----

----- Terminou dizendo que esperava que a Câmara encontrasse soluções objectivas que resolvessem o problema das pessoas que viviam nessas casas degradadas, com poucas condições de habitabilidade, e que o BE, o PCP e o PS se preocupassem também com as pessoas. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Sabino (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, referiu que queria dizer ao orador anterior, que falara dos moradores, que lhe faltava ser autarca de base como ela era desde 1976, e, por isso, a si ninguém lhe dava lições de defender os moradores, porque sempre os defendera, esteve lá e estava sempre quando era preciso. -----

----- Portanto, o orador anterior quando falasse, não só para estar a fazer *show off* ao Sr. Presidente da Câmara, teria que falar o que era verdade. Que fosse para uma Junta de Freguesia, que desse o melhor de si para a causa e depois viesse à praça discutir com os outros o que era defender os moradores. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para defesa da honra, disse que não era para defender a sua honra porque não se sentia ofendido, mas era para defesa da honra de todos os moradores que viviam nos bairros municipais da cidade, porque na sua intervenção o Deputado Municipal Victor Gonçalves os provocou. -----

----- Disse que o PCP, e ele próprio sempre que ia à tribuna, reclamava intervenção da Câmara nos edifícios municipais que se encontravam altamente degradados, e a resposta da Câmara, até hoje, não foi nenhuma. Por isso é que continuavam a dizer que esta proposta só deveria vir à Assembleia depois de estarem garantidos os encargos com a recuperação dos prédios a passar para a Câmara Municipal de Lisboa. Se não, seria mais um conjunto de edifícios que passavam para a Câmara mas que iriam continuar degradados porque a Câmara não os ia recuperar. -----

----- Portanto, o que propunha era que se tratasse do património municipal, que se encontrava altamente degradado, mesmo na sua freguesia. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que o seu querido amigo e colega de há muitos anos, Deputado Municipal Victor Gonçalves, interveio ali, e ele, de facto, sabia fazer esse papel muito bem feito. De vez em quando puxava de qualquer coisa para um certo populismo! -----

----- Disse, depois, que o que estava em causa nas intervenções que foram feitas, e o Deputado Municipal Victor Gonçalves sabia disso muito bem, não era o prédio em si, eram as pessoas que habitavam no prédio. Quando se chamava a atenção que não se queriam prédios degradados, não era apenas para embelezar os olhos, era porque viviam lá pessoas, era porque estavam a defender as pessoas. E a intervenção da sua camarada, Deputada Municipal Luísa Sabino, era nesse sentido, defender as pessoas. -

----- Mas, passando aos factos, na verdade quando ali se discutiam as verbas da Câmara, sabiam que havia dificuldades, às vezes até em assumir compromissos da Câmara, por falta de verbas. Ora, qual era a obrigação que tinham enquanto autarcas? Era defender a Câmara Municipal de Lisboa, e, para isso, nada melhor do que ali

dizer, frontalmente, que cabia ao Poder Central não entregar as casas nas condições em que elas estavam, porque era indigno, para a Câmara depois recuperar.-----

----- Sempre que havia transferências, por exemplo da Direcção-Geral Escolar, o Deputado Municipal Victor Gonçalves sabia-o bem porque não era de agora, era de sempre, às vezes o presente não era tão envenenado como este, mas vinha também um bocadinho – de todos os Governos, estava à vontade para o dizer – para a Câmara ter mais compromissos. Ora, se queriam que na próxima reunião, dia 6 de Abril, ali viessem dizer que a Câmara tinha que fazer obras urgentes porque um determinado edifício estava a cair e a pôr em perigo de vida as pessoas que lá habitavam, seria irresponsabilidade da Assembleia se não chamasse agora a atenção da Câmara de que devia negociar com o Poder Central no sentido de recuperar primeiro os edifícios e só depois passá-los para a Câmara para que ela pudesse estar sossegada pelo menos um ano ou dois. -----

----- Com isso, disse a terminar, estavam a defender os interesses do Município e dos municípios da Cidade de Lisboa, e não os interesses do IGAPHE nem os interesses do Poder Central. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, novamente no uso da palavra, disse que depois de ouvir os Deputados Municipais do PSD, Domingos Pires e Victor Gonçalves, estariam quase tentados a pensar que havia ali uns quantos que defendiam os interesses da cidade e dos cidadãos e outros quantos que se estavam borrifando para isso e eram contra os interesses das populações. -----

----- Mas nada mais errado, porque aquilo que disse na sua primeira intervenção quanto à sua razão para discordar da proposta, foi justamente na defesa dos interesses da população. Teve o cuidado de referir que a Câmara Municipal de Lisboa já hoje tinha muitos problemas no seu património municipal, quem tivesse dúvidas podia visitar Marvila que ele mostraria o estado em que se encontravam os bairros sociais da freguesia. E que não viessem dizer que estavam conservados. O Bairro do Condado estava agora exactamente como estava antes, só uma torre foi melhorada nos dois anos do actual mandato, o Bairro das Salgadas Velho continuava à espera de obra como já estava antes, o Bairro da Quinta do Chalé continuava também à espera de obra, etc., portanto dezenas e dezenas de fogos municipais que careciam de intervenções urgentíssimas, e onde a Câmara sabia que era necessário intervir urgentemente. -----

----- Acreditava que não era maldade da Câmara para com a população que morava naqueles bairros, acreditava sim que seria por falta de meios, mas o facto era que a Câmara não interveio ainda nesses bairros. E aquilo que questionou foi qual a razão porque a Câmara, não tendo condições económicas para intervir nesses bairros, que eram património seu, ia agora assumir sem contrapartidas, sem negociar como outras Câmaras o fizeram de uma forma responsável, por exemplo Oeiras, esse património do IGAPHE. -----

----- Continuando, disse que se alguém tem alertado para esse problema é justamente a Junta de Freguesia de Marvila, que vastas vezes ali tem chamado a atenção da Câmara

para a perigosidade em que se encontravam alguns lotes, e não lhes parecia correcto que a Câmara estivesse a assumir uma responsabilidade que não lhe cabia. Cabia-lhe outra, essa sim, mas que até hoje ainda não resolveu. Esta cabia ao IGAPHE e ao Governo, porque o problema da habitação não era um problema das Câmaras mas sim do Governo Central, que, aliás, se tem marimbado para esse problema e o tem tentado passar para baixo. O PCP estava de acordo com o princípio da descentralização, mas o princípio da descentralização só seria válido, só seria consequente e útil para as populações se viesse acompanhado dos respectivos meios. -----

----- O que é que lhe interessava a si descentralizarem uma competência em que lhe dissessem que podia comprar um *rolls-royce* se não tinha sequer dinheiro para comprar um *peugeot*?! O que queria, como todos os autarcas dos órgãos que estavam mais perto das populações, era uma política descentralizada mas acompanhada dos respectivos meios, coisa que não acontecia com esta proposta. -----

----- Disse, ainda, que gostava muito de ouvir os membros do PSD falarem na defesa dos interesses das populações, só lamentava que quando praticavam uma política anti-social como praticavam na Assembleia da República, não se lembrassem que estavam a prejudicar os direitos das populações. Quando estavam a congelar salários, quando estavam a pôr pensões de reforma de miséria, quando estavam a praticar uma política de desemprego e falência de empresas, não se lembravam que estavam a prejudicar as populações. -----

----- Gosto muito desta coerência, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, novamente no uso da palavra, disse que tinham já uma certa compreensão para o tipo de intervenção que o Deputado Municipal Victor Gonçalves costumava fazer. Aliás, o que o surpreendeu foi ele não ter começado por chamar a atenção para o facto do Sr. Presidente da Câmara estar na Assembleia Municipal. -----

----- Disse, depois, que se o BE tivesse outra qualquer intenção que não fosse precisamente o bem-estar da qualidade de vida dos moradores, até diriam que transferissem para a Câmara Municipal esse património, porque depois lá estariam para ver se o Executivo teria ou não capacidades para recuperar esse mesmo património. Porque sabiam que realmente não tinha, e esse é que era o problema. Sabiam que havia um problema orçamental na Câmara, havia um problema relativamente a questões centrais em termos da recuperação do património, o Sr. Presidente da Câmara já disse ali que não tinha possibilidades de o fazer, o que motivara até propostas do BE no sentido fiscal e outros do género e, portanto, sabiam que não havia condições para a Câmara receber este património. -----

----- Mas pedia que reparassem nos considerandos da proposta onde a Câmara fazia questão de ser clara quando dizia: “Considerando que a redução do papel do Estado na iniciativa e controlo da promoção da habitação é um objectivo a prosseguir...”. Isso estava claro, o objectivo era a desresponsabilização do Estado relativamente ao problema da habitação, que era um direito constitucional. -----

---- E depois, no considerando seguinte, dizia-se: “Considerando que uma maior eficácia na gestão do parque habitacional obtêm-se não só por uma maior proximidade

geográfica dos Municípios em relação aos bens transferidos, mas também pelo conhecimento das suas realidades sociais.” Muito bem, isso em tese era geral, mas por que era que isso não acontecia em Lisboa actualmente? Por que era que viam a situação do parque habitacional da cidade no estado degradado em que estava? Não era apenas o problema do princípio da subsidiariedade ou da proximidade do Município, era o problema dos meios concretos para que isso se concretizasse. -----

----- Disse, ainda, que só o Deputado Municipal Victor Gonçalves não percebia que o que motivava a maioria PSD/CDS-PP a fazer esta proposta não era, de facto, o interesse das populações mas sim o interesse do défice orçamental. Esse é que era o problema. Só o Deputado Municipal Victor Gonçalves não percebia que o problema central chamava-se: “Ministra Manuela Ferreira Leite”. Portanto, que não pusessem mais problemas em cima do Município de Lisboa, que era um Município cheio de dificuldades em termos orçamentais, até por aquilo que se demonstrara aquando do debate sobre o Orçamento do Município. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que em relação a esta matéria, e para se referir a todos de uma só vez, respondia com aquilo que foi a afirmação de uma pessoa, que embora não fosse do PSD, era, naturalmente, por força das circunstâncias de muitos e muitos anos ligado aos problemas da habitação da cidade, uma mais-valia em termos de conhecimento relativamente à problemática da habitação. Estava-se a referir ao Sr. Vereador Vasco Franco, que na reunião de Câmara disse exactamente o seguinte: -----

----- “Sr. Presidente, nós, depois das reservas que inicialmente apresentamos numa primeira vez que a proposta veio à Câmara e que depois foi retirada, entendemos votar favoravelmente a proposta porque nos parece que, por um lado, o IGAPHE acabou por fazer algumas obras, nomeadamente no Bairro dos Lóios, e, por outro lado, assumindo agora a Câmara a responsabilidade, naturalmente as pessoas terão outra expectativa de ver resolvidas situações que se têm arrastado. Sendo certo que em tese deveria ser a Administração Central a fazê-lo, mas neste momento penso que as pessoas é que precisam que os problemas se resolvam. E daí termos acabado por votar favoravelmente, depois de termos alertado para as dificuldades que isto colocava, em particular aquele edifício que foi objecto do obras, o chamado ‘os dedos do ...’.” -----

----- Portanto, apenas interveio no mesmo sentido! Por que foi que o PS se abespinhou tanto? Não leram a intervenção do seu camarada Vasco Franco? Pessoalmente subscrevia-a inteiramente. Era óbvio que isso criava dificuldades à Câmara, mas antes das dificuldades, mesmo para as superar, era que ali estavam. Era para superar essas dificuldades que a Câmara lá estava, era para resolver os problemas das pessoas, era para os ultrapassar. -----

----- No seu entender estava a acontecer uma verdadeira revolução naquilo que era a reabilitação do parque degradado da cidade, e esta transferência de edifícios iria naturalmente integrar mais essa grande revolução, porque depois do desafio do PER era este o grande desafio que se punha a Lisboa, era este talvez o maior desafio que alguma vez se pôs a Lisboa. -----

----- Rematou dizendo que esperava que a Câmara o aceitasse e tentasse resolvê-lo da melhor maneira que pudesse, e este também era um caminho. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que após ter ouvido as intervenções dos oradores que falaram depois de si, desejava acrescentar ao que havia dito que este parecia um assunto de “pescadinha de rabo na boca”, e era caso para lhes pôr a questão em termos de pergunta. -----

----- Em relação ao parque habitacional do IGAPHE ele estava degradado como ali já foi referido e realmente se constatava. Mas até há dois anos atrás onde é que andavam? Quem era que zelava para que esse parque habitacional fosse recuperado e fosse tratado devidamente? Parecia que a Câmara e o Governo actual eram os culpados de tudo! Dava a ideia que o Governo e a Câmara eram os culpados de todos os males! -----

----- Portanto, era verdade que o parque habitacional do IGAPHE estava degradado, todos o constatavam, embora se calhar não tanto como ali era referido. Nalguns casos estaria, mas noutros não estaria tanto assim! O que se passava era uma questão muito simples, é que já em tempo oportuno deveria ter sido feita pressão sobre o IGAPHE para tratar da recuperação do seu parque habitacional. Se isso tinha acontecido desconhecia-o e, se calhar, não teria sido com tanta veemência quanto isso. -----

----- Por outro lado, era uma questão de política geral do Governo assumir princípios de descentralização, e a descentralização não era só transferir dinheiro, era também transferir algumas coisas que as Câmaras tinham capacidade para resolver, e estava crente que a Câmara Municipal de Lisboa tinha capacidade para resolver os problemas do edificado que estava em questão nesta transferência. -----

----- O que se passava, é que se calhar a oposição nunca se teria preocupado em saber se os arrendatários utilizadores desse parque habitacional pagava rendas ou não, mas só para informação podia dizer que na Câmara anterior a percentagem de rendas que se recebiam dos bairros sociais era apenas de 35%, tendo a cobrança atingido em 2002 37%. E se descontassem uma fatia de 10% para aquelas pessoas que na realidade não tinham capacidade nenhuma para pagar a renda, cabia perguntar o que era que andavam os outros a fazer. O que fez a Câmara para que realmente se pagassem essas rendas? Onde estavam esses valores? É que esses valores eram justamente para aplicar na recuperação do edificado, só que não se receberam! -----

----- Continuando, disse que a proposta 109/2004, em discussão, era uma proposta que queria transferir um património na ordem dos 20 milhões de contos para a Câmara Municipal de Lisboa, património esse onde a Câmara podia gastar muito dinheiro mas também acabava por tomar activos que eram importantes em termos de estratégia de habitação e em termos de património municipal. A Câmara, dinamizando e recuperando o edificado, naturalmente também enriquecia o seu património. -----

----- Portanto, entendia que não era motivo para estarem tão assustados quanto isso, tinham que ter esperanças que o parque edificado iria ser recuperado, ficavam com mais capacidade de intervenção para satisfazer carências sociais e, por isso mesmo, julgava que esta proposta para transferência do parque habitacional do IGAPHE para

a Câmara Municipal de Lisboa não era assim uma desgraça tão grande, tanto quanto a oposição a queria desenhar. -----

----- Terminou dizendo que estava optimista porque este se não fosse um negócio óptimo poderia, eventualmente, ser um bom negócio para a Câmara Municipal de Lisboa, e, sobretudo, para os utentes das casas habitacionais, ou seja para as classes sociais desprotegidas que habitavam esses bairros sociais. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que não podia deixar passar em claro o que acabaram de ouvir. De facto, essa demagogia toda, essa confusão toda, não podia passar sem um protesto. -----

----- Disse, então, que o orador anterior questionara onde estavam antigamente, mas a proposta que estavam a discutir só hoje veio à Assembleia Municipal, não foi há dois anos nem há três. Foi hoje e por isso era hoje que a discutiam. -----

----- Mas que teria ele a ver com as casas do INH? A Câmara não tinha nada a ver com isso, só tinha a partir do momento que aceitava ou não aceitava. -----

----- Depois confundia a questão do dinheiro das pessoas que não pagavam à Câmara, e sobre isso perguntava o que tinha tal a ver com a proposta em discussão. -----

----- Disse que andava nisto há muitos anos, mas o orador anterior conseguira agora confundi-lo. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, em contra-protesto, disse que a questão das rendas cobradas referira-a em termos de acompanhamento de gestão e não em termos de acompanhamento da proposta, mas esta proposta só aparecia agora porque na altura não havia razão de ser. -----

----- E em relação às pessoas que moravam no parque habitacional degradado, as Juntas de Freguesia, os autarcas, reclamaram junto do IGAPHE, na altura devida, que as casas não tinham condições? -----

----- Por isso, não entendia que o Deputado Municipal José Godinho estivesse assim tão desorientado em termos de interpretação daquilo que ele havia dito. -----

----- Em relação às rendas, disse que se estavam tão preocupados com os recursos da Câmara esse era um acto de gestão importante para poder haver recursos para depois aplicar na melhoria do edificado. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Marques (PCP)**, no uso da palavra, disse que, como ali foi dito, receber activos era bom, mas tinham que ter consciência se isso representava um aumento de encargos significativo não visível. -----

----- Punha-se aí uma questão, que era uma questão política que lhes competia ali discutir, que era a responsabilidade social do Estado e a procura da sua transferência para a Autarquia, que, eventualmente, não teria capacidade para manter o mesmo nível de resposta. -----

----- Portanto, por um lado, havia questões formais e, por outro, questões de prática em termos de haver ou não haver condições. Porque, de facto, se essa transferência implicava acréscimo de encargos para a Autarquia e se a Autarquia não tinha capacidade para corresponder a esses encargos, no fim de contas o que se verificava era uma diminuição das suas funções redistributivas e de apoio social. -----

----- Por outro lado, a proposta apresentava várias carências. Sabiam que os imóveis estavam avaliados em 34 milhões de euros e que tinham de rendas mais de 300.000 euros anuais, mas nada se dizia quanto ao número de fogos, a sua área e quanto era necessário investir na sua recuperação em condições dignas para as pessoas que neles moravam. E também que mecanismos existiam de compensação financeira para a Autarquia, já que o orçamento municipal estava decidido, estava limitado, e isto, obviamente, era um acréscimo. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Sacramento, novamente no uso da palavra, disse que também leram aquilo que o Sr. Vereador Vasco Franco disse na reunião de Câmara. Mas a Câmara era um órgão e a Assembleia Municipal era outro! Daí que até havia votações separadas. -----

----- Era natural que houvesse divergência de opiniões quanto se vivia numa situação de democracia, podiam divergir nalgumas situações e não levantava nenhum problema que em determinados casos divergissem, antes pelo contrário. -----

----- Neste caso divergiram, e divergiram porquê? Porque achavam que as casas deviam sofrer obras de beneficiação e só depois serem transferidas para a Câmara. Isso não era nenhuma fantochada, para quem pudesse pensar que era. Não era, era uma discussão política. -----

----- Por outro lado, se a Câmara tinha assim tanto dinheiro – não queria sair da discussão da proposta e não tinha nada a ver com os bairros sociais e com as rendas – não se entendia que, por exemplo, os protocolos estivessem atrasados e outras verbas faltassem para as freguesias. Portanto, estavam a defender os interesses da Câmara mas gostavam de ouvir a Câmara sobre esta proposta, porque até podiam estar ali a discutir tudo isto e a Câmara ter alguma informação que alterasse a posição do PS. Mas se não o fizesse, salvaguardando os interesses do Município e dos munícipes, estavam contra que a transferência se fizesse para a Câmara com os prédios nas condições em que estavam. -----

----- Concluiu dizendo que o PS estava convictos que estava a defender os interesses da Cidade de Lisboa e da sua população. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que o PCP sempre pautara a sua intervenção e a sua orientação política pela coerência e pela intervenção em favor dos moradores dos bairros do IGAPHE e do INH. Se houve alguém, em Lisboa, que tomou posição variadas vezes quanto à resolução dos gravíssimos problemas que muitos desses bairros tinham, foi o PCP. Ao longo dos anos, tiveram muitas posições políticas sobre isso. Inclusivamente, equacionaram e fizeram várias propostas na Assembleia da República para a resolução desses problemas, que o dissessem os moradores do Bairro dos Lóios onde se resolveram problemas pela sua luta e pelos posicionamentos que o PCP teve. -----

----- Portanto, não aceitavam qualquer tipo de questões que fossem ali colocadas pondo isso em causa, porque tinham coerência e porque eram claros, e não eram confusos nem desorientados. -----

----- Disse, depois, que o PCP ia votar contra esta proposta porque entendiam que a questão central é que não era à Autarquia que cabia a função social do Estado de

resolver o problema da habitação. Cabia aos Governos, e os Governos que têm existido ultimamente têm colocado a questão, principalmente o actual Governo, no sentido de alijar o problema transportando o odioso que existia nesses bairros para cima dos Municípios. Era justamente por isso que iam votar contra. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder às questões que foram colocadas, disse que esta questão da transferência dos fogos do IGAPHE para as Câmaras Municipais era uma questão que não era de agora. Já vinha de há alguns anos a esta parte, foi sempre intenção da Administração Central descentralizar competências para os Municípios. -----

----- E de certa forma estava estupefacta quando ouvia autarcas do PCP questionarem como era que a Câmara Municipal de Lisboa esta a aceitar essa delegação de competências, essa descentralização, quando, no fundo, tanto se batiam pela descentralização de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. --

----- Mas queria dizer-lhes que na qualidade de Vereadora da Habitação e da Acção Social não estava minimamente preocupada, estava ali para trabalhar para as pessoas da Cidade de Lisboa. E, portanto, quando fez essa negociação com o IGAPHE entendera que seria bom para os moradores desses 1.464 fogos que eles, independentemente de terem um acréscimo de responsabilidade para a Autarquia, passassem a ser geridos pelo Município de Lisboa exactamente porque passavam para uma gestão de proximidade, para uma gestão diferente. -----

----- De qualquer forma, neste momento havia 80 Municípios que estavam em negociação com o IGAPHE da mesma forma que a Câmara Municipal de Lisboa negociou, não havia qualquer negociação especial para a Câmara Municipal de Oeiras, e havia neste momento 43 Municípios com escritura elaborada de recepção desses fogos, e um deles era o Município de Beja. -----

----- Mas essa ideia de recepcionar os fogos também não era sua, não era inovadora. Na génese da constituição da GEBALIS, portanto em 1995, foi proposto pelo Vereador Vasco Franco, então responsável pelo Pelouro da Habitação, e aprovado em reunião de Câmara no tempo do Dr. Jorge Sampaio, uma proposta de cujos considerandos passava a citar: -----

----- “Terminada a fase de instalação, a empresa poderá iniciar o seu regular funcionamento obtendo as receitas através do recebimento das rendas dos fogos municipais, da alienação do património habitacional cedido pelo IGAPHE e da realização de outros fundos de proveniência diversa.” -----

----- Eventualmente, passaram alguns anos e o património podia ter-se vindo a degradar, era natural, mas ela própria quando entendera aceitar a transferência foi justamente para ajudar os moradores desses fogos. -----

----- Disse, ainda, que não tinha qualquer problema, a responsabilidade ficaria com a oposição se decidisse rejeitar a proposta, porque neste momento existiam inúmeras instituições privadas de solidariedade social, o movimento cooperativo e a Fundação D. Pedro IV que queriam assumir a gestão desses fogos na Cidade de Lisboa. -----

----- Não fazia uma batalha para ficar com esses fogos, entendia que seria melhor para a população desses bairros a Câmara Municipal ficar com esse património e,

eventualmente, numa fase inicial, entregar a gestão a uma instituição privada de solidariedade social, porquanto havia inúmeras instituições que estavam interessadas em gerir esses 1.464 fogos, mas entendera que seria de certa forma delapidar património entregar de imediato esses fogos a uma instituição privada. -----

----- Quanto ao que foi referido sobre empreitadas, disse que estavam na Câmara há dois anos e neste momento, para as zonas que ali foram referidas, tinha mais de 60 empreitadas lançadas. E aos Presidentes das Juntas de Marvila e do Beato, quando lhe falavam ali nos problemas dos bairros sociais, perguntava-lhes o que fizeram, durante tantos anos, para que os moradores da Quinta do Ourives continuassem sem água quente, porque só agora estava a lançar uma empreitada, que previa que estivesse terminada em Abril, para que os moradores pudessem passar a ter água quente. O que fizeram durante 12 anos em torno desses bairros? -----

----- Teria sido ela que foi escolher um revestimento que não servia para o Bairro do Condado e que depois teve que pôr o LNEC envolvido em tudo isso e iria ter que mandar repintar todos os prédios da Zona J? Seria que queriam que a Câmara fizesse, em dois anos, a reabilitação de todos os bairros sociais que a anterior coligação não conseguira fazer em doze anos? -----

----- Isso era perfeitamente inacreditável! Estava ali para defender as pessoas desses 1.464 fogos, mas não fazia nenhuma questão em ficar com os fogos. Tinha património que chegasse, a sua ideia era ajudar as pessoas desses fogos e não ajudar que isso fosse terra de ninguém, ou não entregar isso de mão beijada a uma instituição privada de solidariedade social. -----

----- Por outro lado, neste momento o PROHABITA já foi aprovado em reunião de Secretários de Estado e estava já agendado para Conselho de Ministros, também já previa que a Câmara se pudesse candidatar a essas verbas para poder recuperar esses fogos. -----

----- Em relação ao Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara disse que já nada estranhava, porque conviveu durante tantos anos com a Vila Teixeira, com tanta gente a viver em situação tão precária e nunca se preocupara, e agora mostrava ali uma preocupação tão grande com estas 1.464 fracções que nem de perto nem de longe estavam no mesmo estado em que estava a Vila Teixeira. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, novamente no uso da palavra, começou por dizer que não era para falar sobre este ponto, mas a Sra. Vereadora obrigara-o a ter que falar. -----

----- É que a Sra. Vereadora devia falar do que sabia e não do que não sabia, porque se falasse do que sabia, se procurasse inteirar-se de algumas coisas, iria constatar que na Assembleia Municipal muitas vezes tinha falado na Vila Teixeira. -----

----- Por outro lado, a solução que a Junta de Alcântara defendia para a Vila Teixeira não era aquela que realmente aconteceu, foi um buldozer. O que pretendiam era que aquela população fosse realojada no mesmo local, havia vilas e pátios que a Câmara classificara, em Alcântara havia cinco e uma delas foi abaixo, concretamente a Vila Teixeira. A Junta não defendia isso! -----

----- Aliás, o Sr. Vereador Vasco Franco e outros Vereadores sabiam que ele fez uma série de propostas no sentido de expropriar para depois recuperar e as pessoas serem realojadas no local. Enfim, não era nada do que foi feito. -----

----- Disse, ainda, que se a Sra. Vereadora aceitava casas em mau estado em Alcântara tinha muitas, e por aquilo que via também na Ajuda, na Ameixoeira, em Marvila, etc., não tinha capacidade para tratar do que já tinha quanto mais receber aquilo que não prestava. O que o Governo estava a fazer era varrer para debaixo do tapete e quem quisesse que aceitasse o lixo. -----

----- Quanto à alusão de que a Câmara de Beja aceitara, perguntou se a Sra. Vereadora viu as casas de Beja, que não falasse de coisas que não sabia porque em Beja as casas eram boas. -----

----- A terminar, disse que estava de acordo com os seus camaradas quando diziam que era um mau negócio para a Câmara, porque ela não tinha capacidade para tratar das dezenas de milhar de fogos que tinha. Aliás, de Alcântara já tinha enviado a indicação de vários fogos a necessitar de intervenção, e a Sra. Vereadora não resolveu nenhum. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, disse que estavam a assistir a um debate nalguns pontos *sui generis* por parte da Câmara e da maioria que a suportava, porque estavam a fazer algumas intervenções de um conteúdo populista, que pouco ou nada tinham a ver com a proposta. Não fazia a demagogia de dizer que não preocupava a maioria que geria a Câmara porque todos se preocupavam com as pessoas, mas, de facto, sobre o conteúdo da proposta a pouco tinham assistido. -----

----- Sobre esses populismos, disse que estavam a ser comparadas realidades que não podiam ser comparadas, porque a principal prioridade da coligação que anteriormente geriu a Câmara, e que foi concretizada, foi a erradicação das barracas e, naturalmente, a Câmara não tinha recursos financeiros para fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Mas, nessa área, muito foi feito e podiam debater isso em profundidade num outro momento. -----

----- Era o que mais faltava, porque se tivessem ganho as eleições também era essa a prioridade que estava assumida, que a reabilitação não estivesse em curso. -----

----- Mas o que era primordial, e sobre isso a Câmara ainda não se pronunciara, era um aspecto decisivo. Já ouviram a Câmara dizer que não estava preocupada, que não tinha nenhum problema, o PS pressupunha, mas isso não estava dito, que existia, para a Câmara assumir estas competências não reivindicando as necessárias verbas, que a Câmara tinha dinheiro para fazer as obras necessárias, e aquilo que queriam saber, e queriam que fosse ali assumido pela Câmara, porque era uma resposta decisiva para o sentido da votação do PS, era o que se comprometia a Câmara com a Assembleia e, acima de tudo, com os moradores. -----

----- Havia uma calendarização das obras? Estavam já previstas intervenções? Já estavam estudadas? A Câmara já fez esse inventário quando negociou com o Governo? -----

----- Era isso que queriam saber, porque se quisessem ser populistas não discutiam a proposta, votavam calma e tranquilamente e daqui a um ou dois meses estavam a exigir à Câmara que fizesse as obras. Mas o PS não fazia política assim! O que queriam era que a Câmara assumisse, se assim o entendesse, essas responsabilidades, mas com compromissos concretos com as pessoas, porque se não assumia esses compromissos políticos de que ia fazer obras, o PS então não concordava com essa assunção de responsabilidades, porque não estava em causa apenas e só alijar o património de um lado para o outro, mas salvaguardar as pessoas e a sua qualidade de intervenção. -----

----- Por fim, disse que pela intervenção da Câmara parecia que não havia problemas financeiros porque isso não foi reivindicado e a Sra. Vereadora referiu que não estava nada preocupada, pelo que aproveitava para lembrar que havia verbas avultadas para as Juntas de Freguesia que ainda não foram transferidas no que dizia respeito aos protocolos, e, portanto, se não havia nenhum problema a Câmara, de uma vez por todas, deveria fazer essa transferência de verbas porque as Juntas estavam preocupadas e esse dinheiro era essencial para muita actividade. É que eventuais justificações que por vezes se davam de problemas financeiros e de novas formas do endividamento da Câmara que tinham que gerir, pelos vistos ali a Câmara não estava preocupada com isso, e se não estava preocupada teria que cumprir todos os compromissos que tem assumido. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para defesa da honra relativamente à intervenção da Sra. Vereadora, disse que estavam a discutir uma proposta que o PCP considerava profundamente lesiva dos interesses do Município e da cidade, e a Sra. Vereadora, na sua intervenção, considerou como resolvidos os problemas da Freguesia do Beato apenas com a colocação de água quente numa única habitação e com intervenções em mais três habitações que estavam desocupadas, alterando as respectivas canalizações. É que, de facto, água quente apenas faltava numa habitação!-

----- O que estava em causa na Freguesia do Beato não era uma habitação ou uma questão de água quente ou água fria, mas sim a resolução do problema das habitações municipais, das áreas envolventes da própria freguesia e os equipamentos. -----

----- Aliás, na Quinta do Ourives, que a Sra. Vereadora referira, existiam lá uns lavadouros e uns balneários, e não era por acaso que eles existiam. Existiam porque mesmo com água quente as pessoas não tinham condições para tomarem banho nas suas próprias casas. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para dar explicações, disse que depois de ouvir as intervenções do PCP estava em crer que todos os munícipes ficavam ansiosos pelo dia em que chegassem ao poder na Câmara Municipal de Lisboa, porque nessa altura se calhar iriam conseguir resolver todos os problemas. -----

----- Perguntou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Beato se já se tinha esquecido dos célebres contentores onde estiveram deslocadas, durante anos e anos, famílias dos bairros históricos e que foi a actual Câmara que os mandou retirar!

Esqueceu-se com certeza que foi ela própria que os mandara retirar, e que as pessoas estavam ali deslocadas dos bairros históricos há 10 anos. -----

----- Era evidente que a Câmara anterior acabou com a maioria das barracas na Cidade de Lisboa, mas o problema agora eram todos os outros edifícios municipais, todos os pátios degradados que havia na cidade. E, contrariamente ao que dizia o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, a Câmara Municipal de Lisboa não varria para debaixo do tapete, isso fazia a Câmara Municipal de Almada que há pouco teve uma derrocada, tratava-se apenas de duas famílias mas o que o Vereador responsável disse foi que ia intimar o proprietário para as realojar. -----

----- E neste momento a Câmara Municipal de Lisboa estava com um problema muito complicado, não com duas mas sim com 187 famílias da encosta do Bairro da Liberdade, como estava confrontada com todo o património municipal disperso que estava todo degradado. Eram mais de oitenta prédios que passaram para a EPUL para serem reabilitados no âmbito do “Lisboa a Cores”, e todas aquelas famílias tiveram que ser retiradas. Parecia que nada se estava a passar na cidade, se calhar estavam a falar de outra. -----

----- Disse, ainda, que o Presidente da Junta de Freguesia do Beato falara numa casa, mas as informações que tinha era que nesta altura 14 já tinham água quente e que a empreitada era para os 20 fogos mais antigos, além das outras quatro que estavam lançadas para a Quinta do Ourives. -----

----- Por isso, o Presidente da Junta de Freguesia do Beato não tinha o mínimo das razões, até porque sabia perfeitamente que a Câmara não conseguia lançar empreitadas através de concursos públicos em três ou quatro meses, e a actual Câmara tinha dois anos de mandato. Portanto, muita coisa já foi lançada e muitos arranjos exteriores estavam a ser feitos em todos esses bairros. -----

----- Quanto à questão económica disse que ela não esteve na génese da negociação, porque, como era evidente, se quisesse alienar todos esses fogos, e maioritariamente as pessoas estavam interessadas em os adquirir, entraria muita verba para a Câmara porque eram fogos que estavam registados, que estavam prontos a serem vendidos, ao contrário daqueles que a anterior gestão da Câmara lhes deixara, que até dois mil, como se sabia, estavam isentos de emolumentos e neste momento estavam a ser registados, o que representava uma despesa acrescida em termos do património do Município. Neste momento tinha já praticamente 8.000 fogos registados e pensava conseguir algo que nunca aconteceu na Cidade de Lisboa que era, dentro de alguns meses ter em venda cinco a seis mil fogos aos próprios moradores. Esses fogos do IGAPHE também podiam ser vendidos, mas se a Câmara não entendesse vendê-los tinha instituições privadas que os queriam gerir, fazendo as obras e cobrando as rendas. -----

----- Portanto, o problema agora era da oposição, porque ela não fazia questão nenhuma em ficar ou não com esses fogos. -----

----- Sobre a alusão do Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara de que não sabia do que falava, disse que ele é que não sabia porque ainda na sexta-feira promovera uma reunião, que teve ocasião de ler, sobre Monsanto, e não sabia, pelos vistos, o que

se passava em Monsanto, quando esta Câmara chegara ao poder, porque Monsanto era uma zona vedada, uma zona que ninguém podia frequentar por causa da prostituição, e foi esta Câmara que devolveu Monsanto à população. -----

----- Portanto, sabia do que falava, mas o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara não. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra para defesa da honra, disse que a Sra. Vereadora continuava a falar daquilo que não sabia, porque milhares de famílias iam para a Serafina como também milhares de famílias iam para o Alvito antes de ser encerrado para obras. Portanto, as pessoas sempre foram a Monsanto, com mais ou menos prostituição. Agora havia realmente pouca, aplaudia a Câmara por ter tomado medidas para reduzir a prostituição, mas dizia isso! Quando a Câmara limpava coisas e dava mais segurança, apoiava! Agora, não apoiava o resto, porém lá os *neons*, os barulhos e outras coisas! Isso era outra questão. -----

----- Disse, ainda, que ia constantemente a Monsanto, e a Sra. Vereadora que falasse com as pessoas do Alvito que elas diziam-lhe se podiam lá andar ou não. -----

----- Rematou aconselhando a Sra. Vereadora a falar só daquilo que sabia. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que para ficarem definitivamente esclarecidos, desejava fazer uma pergunta muito simples. Da intervenção da Sra. Vereadora o Grupo Municipal do PS retirou que ainda não se sabia o que se ia fazer ao edificado, ou seja, os fogos tanto podiam passar a ser geridos por uma empresa privada como podiam ser vendidos, e parecia que estava fora de causa a realização de obras nesses mesmos fogos, pelo que a pergunta era se essa hipótese estava ou não afastada. -----

----- De todo modo parecia-lhe que a proposta deveria ser presente à Assembleia quando a Câmara soubesse qual o destino que ia dar aos prédios. -----

----- Portanto, não havendo, ao que parecia, planos para aquilo que se ia fazer, gostava que a Câmara esclarecesse a Assembleia se não tinha nada de mais concreto para comunicar sobre essa matéria. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder à defesa da honra e ao pedido de esclarecimento, disse que aquilo que a fez recepcionar esses fogos foi exactamente estar preocupada com as pessoas, portanto tentar imprimir às pessoas que viviam nesses fogos melhor qualidade de vida, visto que a Câmara Municipal de Lisboa era proprietária dos prédios ali contíguos. -----

----- Agora, podiam encarar isso de várias fórmulas! E aquilo que referiu há pouco foi que naquela deliberação de Câmara de 1995, proposta pelo Vereador Vasco Franco e aprovada pelo Dr. Jorge Sampaio, é que um dos pressupostos era a recepção desses fogos exactamente porque o recebimento das rendas ajudaria a fazer funcionar melhor a GEBALIS. -----

----- A sua ideia, para dizer a verdade, seria tentar contactar as pessoas para saber se estariam ou não interessadas em adquirir esses fogos. Se não estivessem interessadas encarava a hipótese, mas isso teria que ser aprovado em reunião de Câmara, desses fogos poderem ser geridos pelo movimento cooperativo ou através de uma instituição

privada de solidariedade social, exactamente para não virem engrossar o número de fogos que já transitaram para a GEBALIS durante este ano. -----

----- A questão era essa, mas era uma questão que teria que ser ainda avaliada, ponderada e em conversações com os próprios residentes dos bairros. -----

----- Disse, a terminar, que se a Câmara não ficasse com os fogos havia várias instituições privadas interessadas neles, eventualmente porque achavam que era rentável gerirem esses 1464 fogos. Só que entendera que o Município não deveria deixar passar isso de imediato para instituições privadas sem ter uma palavra a dizer. -

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 109/2004, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria, com votos contra do PCP, PS, PEV e BE, e votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 19 – PROPOSTA 112/2004 – APROVAR A REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 56/AM/03, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 E DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- **O Senhor Presidente** deu nota que havia uma proposta da Comissão Eventual de Acompanhamento do Projecto de Requalificação do Parque Mayer, já distribuída, cujo teor era o seguinte: -----

----- PROPOSTA -----

----- “Considerando: -----

----- Que está agendado para a reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de 23 de Março de 2004, a discussão e votação da proposta 112/2004, que trata de matéria relacionada com o Parque Mayer; -----

----- Que a Assembleia Municipal de Lisboa deliberou em 18 de Novembro de 2003 constituir uma Comissão Eventual de Acompanhamento do Projecto de Requalificação do Parque Mayer. com o seguinte projecto, em especial: -----

----- a) Permuta ou Expropriação dos terrenos; -----

----- ... -----

----- A Comissão reunida hoje, dia 22 de Março de 2004, deliberou, por unanimidade: -

----- 1) Propor à Assembleia Municipal de Lisboa que a proposta 112/2004 não seja discutida nem votada nesta reunião da Assembleia e que baixe a esta Comissão; -----

----- 2) Comprometer-se a emitir parecer no prazo máximo de 15 dias após o envio dos esclarecimentos e documentação, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, relativos à problemática em questão, oportunamente solicitados e ainda não facultados.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela decorria da verificação da impossibilidade de cumprimento daquilo que a Autarquia tinha aprovado há uns meses, no sentido de ser feita uma

permuta entre os terrenos da Feira Popular e os terrenos do Parque Mayer. Isto para resumir o conteúdo da deliberação anterior. -----

----- Era público que foram pedidas avaliações aos dois imóveis em questão, era público também que já teve ocasião de manifestar que a Câmara discordava dos critérios e dos resultados dessas avaliações e, assim sendo, tendo-se entabulado um período de negociações com os privados para tentar chegar a um acordo em matéria de valores, tendo-se cometido à EPUL a responsabilidade, numa segunda fase, para tentar obter esse acordo por ser mais fácil dada a sua natureza empresarial, constatou-se ser absolutamente impossível dada a disparidade de verbas que estavam colocadas em cima da mesa. -----

----- A posição da Câmara não era só por uma questão de valor absoluto, era naturalmente também por uma questão de valor relativo. Por comparação com o valor global com o que é o orçamento da cidade, as suas receitas e as necessidades que tinha. Entenderam que seria errado, por deliberação própria e na sequência de avaliações feitas nesses termos, cheguem a essa opção. -----

----- Lembrou que tiveram o cuidado de pedir ao Tribunal da Relação que designasse, apesar de não estar previsto na lei, um representante para acompanhar todas as diligências e as negociações havidas, nomeadamente em fase do processo de avaliação desses imóveis. O Tribunal da Relação, um tribunal superior, teve a gentileza de designar esse representante, um Sr. Vice-Presidente do Tribunal da Relação acompanhou as reuniões, têm tido a preocupação que este processo fosse tão transparente quanto possível. -----

----- Mas, a propósito desse processo, desejava dar uma nota para reafirmar aquilo que já teve ocasião de dizer: é um processo que não tem corrido bem. Tinha a sua análise sobre as razões pelas quais a partir de certa altura começou a correr mal, um dia se veria se cada um tinha razão nas análises que fazia. Mas desejava dizer que no dia seguinte à reunião em que foi tomada pela Assembleia a deliberação 56/AM/2003, os proprietários, a Bragaparques, pediram-lhe uma reunião, e ele, que raramente tem comparecido em reuniões dessas, entendera, dado que era para transmitir uma posição sobre a deliberação da Assembleia Municipal e deliberação de Câmara, receber os proprietários. -----

----- Transmitiram-lhe, então, que não aceitavam os termos da deliberação, o que colocara todo o processo numa situação difícil, e teve ocasião de lhes dizer que não compreendia essa atitude. Os feirantes estiveram na reunião da Assembleia Municipal nessa altura, a Fundação “O Século” também, todos os interessados no processo estiveram ali a fazer chegar aos vários Grupos Municipais as suas sensibilidades quanto ao conteúdo da proposta que estava em apreço pela Assembleia Municipal, e seria legítimo, seria natural, que os proprietários, se tinham discordâncias, uma vez que era conhecida a proposta tivessem feito chegar, antes das deliberações, a sua sensibilidade sobre aquilo que consideravam impreciso, vago ou mesmo injusto. E com certeza que todos, independentemente das orientações partidárias, procurariam ter em conta aquilo que lhes fosse transmitido como procuraram ter em conta as posições dos outros intervenientes. -----

----- Assumiram um compromisso em reunião de Câmara, numa deliberação tomada por unanimidade, o que naturalmente os satisfazia e era um motivo de esperança para a boa solução deste projecto. Uma solução, tomada por unanimidade, que envolvia o compromisso de ser assumido pela EPUL o plano de pormenor com os respectivos termos de referência, e de trabalharem em coordenação com o plano de urbanização que estava a ser feito para a Av. da Liberdade, pelo Arqtº Fernandes de Sá, retomando os trabalhos feitos no tempo em que era Presidente da Câmara o Dr. Jorge Sampaio. ---

----- Portanto, assumiram esses compromissos os quais permitiram a votação por unanimidade, e sobre a baixa à Comissão por causa de documentos não terem chegado desejava dizer que havia documentos que eram solicitados, como, por exemplo, o contrato, como se fosse definitivo, com o Arqtº Frank Gehry que não existia. O contrato definitivo só poderá existir quando for tomada a opção definitiva em relação ao Parque Mayer. Existia aquisição de serviços, por parte de empresas municipais, para um fim determinado, porque o contrato em si não existia e quando existisse seriam divulgados publicamente os respectivos termos. -----

----- Por outro lado, as avaliações juntaram-nas todas ao processo e mais não podiam fazer. A pedida pela Câmara e a pedida pelos particulares, juntaram as peças escritas que tinham, não tinham outros elementos para facultar. O programa que tinham para o Parque Mayer era variável, já houve a hipótese de quatro teatros, três e um de bolso, havia hipótese de um espaço de exposição, havia hipótese de uma escola de teatro, de artes de representação. Agora, não era definitivo! E esse programa foi exposto pelo Arqtº Frank Gehry, o *Master Conception Design*, e pela Câmara e apresentado aos Grupos Municipais, nos Paços do Concelho. -----

----- Não tinham mais nada para mostrar, a não ser o valor do investimento, que, como já foi dito, pelas empresas estrangeiras e portuguesas que fizeram a medição orçamental das consequências, em termos de custos, das intenções da Câmara, estava estimado em cerca de 150 milhões de euros, mas que podiam variar consoante o programa definitivo que vier a ser estabelecido. Ora, o programa definitivo, naturalmente, dependia do custo que tiverem os terrenos. -----

----- Tudo isso tinha valores absolutos e valores relativos. Se somassem ao custo do projecto o custo da obra e o custo exorbitante dos terrenos, isso, na sua opinião, era inaceitável para a Autarquia. Se o custo dos terrenos fosse mais baixo dava-lhes outra margem no programa de intervenção no Parque Mayer. Podiam, como também já teve ocasião de dizer, chegar a um ponto em que pura e simplesmente intimavam os proprietários do Parque Mayer a recuperarem os teatros que lá existiam, só que não parecia uma atitude ética e inteiramente correcta da parte do Município. A lei permitia isso, mas, na sua opinião, não considerava adequado depois das expectativas que foram criadas. -----

----- Não ia repetir a história. Houve, se calhar, alguns momentos errados! Em 1994 o Dr. Jorge Sampaio celebrou um protocolo equilibrado com os proprietários da empresa Avenida Parque, mas quando a empresa foi transmitida à Bragaparcques não se curou de saber se os novos proprietários respeitavam os compromissos assumidos em 1994 com a Câmara. E, pelo contrário, foram recebidos na Câmara com o projecto

do Arqtº Norman Foster cujo estudo prévio trazia 80.000 m2. Também todo esse processo, casino não casino, naturalmente não decorrerá da melhor maneira, foi outro momento errado. Havia quem dissesse que deveriam ter ido logo para a expropriação, mas a Câmara preferira conversar antes, dado os antecedentes de todo o processo. -----

----- Agora, havia várias situações para resolver, nomeadamente da Feira Popular, que era uma questão não à parte desse processo. Compreendia que a Assembleia Municipal até solicitasse 15 dias para que ficasse melhor consagrado um regime de excepcionarem, por exemplo, a Fundação “O Século” dessa revogação. No caso dos trabalhadores da Feira Popular, fizeram um levantamento total da situação da Feira, metros quadrados, avaliação, anos, história de cada estabelecimento, tudo, e isso permitia-lhes agora entabular um processo de negociações com os feirantes, sabendo a Câmara que alguns, vários ou muitos, estavam numa situação difícil que urgia ser resolvida. -----

----- Portanto, diria que a baixa à Comissão, a Assembleia saberia de si, mas não via com franqueza o muito que pudesse resolver. Para a Câmara, por uma questão de princípio, estava excepcionado que a revogação da deliberação não revogava as obrigações para com a Fundação nem para com os feirantes. Por isso, se quisessem excepcionar já hoje essas obrigações, ou seja, que a revogação da deliberação não implicava a revogação das obrigações da Autarquia para com a Fundação, os feirantes e os trabalhadores da Feira, aquelas que foram assumidas na deliberação anterior, o processo assim ficava direito. Porque, quanto ao resto, cometeram à EPUL a obrigação de elaborar esse plano de reconversão da zona, tinha que ser presente à Câmara e à Assembleia Municipal, todos teriam as suas posições salvaguardadas e podiam continuar a trabalhar com a Fundação e com os feirantes. -----

----- Por isso a situação não era fácil. Não entrava em grandes deambulações, se fosse fácil provavelmente estaria resolvida há muito tempo! Era difícil, para a Câmara era uma prioridade, representantes de outros partidos já disseram em Câmara que não tinha sido uma prioridade para outros Executivos, respeitavam isso, embora fosse importante não era uma prioridade. Até lhe disseram que o Casal Ventoso era uma prioridade, o Parque Mayer não era uma prioridade, respeitavam, mas para a actual Câmara era uma prioridade política assumida em campanha, e depois de campanha, e com convicção. -----

----- Portanto, importava resolver. Estabeleceram essa plataforma de unanimidade na Câmara e, com toda a franqueza, gostava de a ver reproduzida na Assembleia Municipal, não por si mas por todos aqueles que esperavam a solução desse *dossier* tão antigo. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento do Projecto de Requalificação do Parque Mayer, disse que não ia responder aos argumentos expendidos pelo Sr. Presidente da Câmara, porquanto estava no uso da palavra apenas e tão só como Presidente da Comissão. -----

----- Portanto, apenas ia explicar a decisão da Comissão, tomada por unanimidade, no sentido da proposta 112/2004 não ser votada hoje para baixar à Comissão. -----

----- Como era sabido tinha sido decidido constituir esta Comissão, ela reunira de imediato e decidira pedir uma entrevista ao Sr. Presidente da Câmara, ou a alguém que o substituísse, e que fosse remetida, se possível antecipadamente, toda a documentação para informar a Comissão do que se estava a passar. Mas decorreram mais de dois meses e, efectivamente, isso não foi possível. Pretendiam que tudo se passasse de acordo com as formalidades habituais, isto é, que o Sr. Presidente da Assembleia fosse informado dessa reunião e que ela se processasse na sede da Assembleia Municipal, por respeito pela própria Assembleia. -----

----- Depois foi pedida a marcação de uma nova reunião, mas até agora a Comissão não teve conhecimento dessa marcação. Portanto, não foi marcada! -----

----- E quando tiveram conhecimento de que o assunto viria à Assembleia, de imediato foi convocada uma reunião da Comissão, essa reunião realizou-se ontem, e a Comissão entendeu que não havia que apreciar o conteúdo da proposta, razão porque não a iam discutir. -----

----- Entenderam que por respeito à Assembleia e por respeito à Comissão, a Câmara deveria ter contactado a Comissão previamente e facultar-lhe os elementos que lhe foram pedidos, o que até agora não fez. -----

----- Não havia, segundo disse, qualquer intenção de protelar o assunto. Queriam colaborar e, eventualmente, estariam de acordo em revogar a deliberação. Mas não era isso que estava em causa! O que estava em causa, neste momento, era uma questão formal, e não só formal, e de dignidade da Assembleia Municipal e da Comissão. -----

----- Nesse sentido, se a Câmara – e isso dependia dela – rapidamente, dentro de dois/três dias, lhes facultasse o programa e outros elementos que ainda não tinham e não era pela comunicação social que oficialmente podiam tomar conhecimento deles, e propusesse uma reunião com a Comissão, a Comissão rapidamente emitiria o Parecer. -----

----- Portanto, estava nas mãos da Câmara que este processo avançasse o mais rapidamente possível, porque, insistiu, não havia qualquer intuito de estar a protelar a questão. -----

----- Disse, ainda, que uma Comissão de Feirantes pediu para ele intervir na qualidade de Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento, porquanto estavam muito preocupados, e a seu ver com muita razão, porque lhes foi prometido que seria feito um acordo com eles e pagas as respectivas indemnizações, para além de que havia uma dívida, que julgava ser na ordem de um milhão de euros, à Fundação “O Século”. -----

----- Em suma, havia uma série de problemas que teriam que ser resolvidos também com a maior urgência, porque os feirantes estavam com grandes dificuldades e receavam que este processo pudesse atrasar a decisão sobre eles. -----

----- Aliás, eles teriam sido informados que só depois da Assembleia aprovar esta resolução é que o problema poderia ser tratado, mas, de facto, não viam qualquer nexo de causalidade entre uma e outra. Daí que pedisse ao Sr. Presidente da Câmara para que, na defesa dos legítimos interesses dos feirantes, resolvesse o problema o mais rapidamente possível. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que a razão de ser da sua intervenção, em nome do Grupo Municipal do PS, era no sentido de frisar e realçar a necessidade e a oportunidade da baixa da proposta 112/2004 à Comissão, fundamentando-se essa oportunidade mais na omissão da proposta tal como estava apresentada pela Câmara, do que por qualquer outro intuito. E o que dizia estava retratado nos seguintes factos. -----

----- Foi tomada pela Assembleia Municipal uma deliberação que aprovava um contrato de permuta, ou seja, para um problema que de si já era complexo e que tinha anos de espera para uma solução, que era a recuperação do Parque Mayer, interligou-se um outro problema que era o problema da requalificação das condições de trabalho dos feirantes e trabalhadores da Feira Popular, e a partir do momento em que se conexavam duas questões complexas da cidade, geravam-se ligações entre as várias entidades envolvidas no processo, que passaram a ser os proprietários dos terrenos do Parque Mayer, os feirantes, a Fundação “O Século” e os trabalhadores da Feira Popular. -----

----- A partir do momento em que se apresentava uma proposta de revogação dessa anterior proposta, em que se dizia que o objectivo era destruir todos os efeitos jurídicos da anterior deliberação, teria que se ter em conta que esses efeitos jurídicos abrangiam as expectativas e posições jurídicas dos proprietários do Parque Mayer, dos feirantes, dos trabalhadores e da Fundação “O Século”. -----

----- A um aparte disse: “estou a falar para si e para todos os Deputados Municipais, se o Sr. Presidente não ouve com certeza isso influenciará alguma da deliberação desta Assembleia Municipal”. -----

----- Continuando, disse que estava por definir a posição dessas partes envolvidas no processo. Por acaso teria havido preocupação do autor da proposta em conhecer a opinião formal dessas pessoas? Foi ouvida a Fundação “O Século”? Foram ouvidos os feirantes? Foi ouvida a Bragaparques, proprietária dos terrenos? Saberiam qual era a interpretação deles sobre esses factos? Podiam, sem ouvir ninguém, sem dialogar com ninguém, revogar posições que a Câmara atribuíra e que apresentara à Assembleia para ser reforçada por este órgão? Isso, em consciência, não preocupava os Deputados Municipais? Os eventuais efeitos de ressarcimento e de indemnização que a não audição dessas entidades, que a não vinculação de todas essas pessoas a uma posição que se queria consensual, não preocupava os Deputados Municipais? As consequências de uma deliberação de revogação pura e simples da anterior deliberação não causava preocupações? -----

----- Quanto a si, se não causava deveria causar, e deveria causar a bem do Município, dos feirantes, da Fundação “O Século”, no fundo, a bem de toda a gente para que o problema pudesse ser resolvido consensualmente, que era de certeza a forma de resolver mais rapidamente a questão. -----

----- Por isso, e com o prazo de 15 dias que era proposto, entendiam que era vantajoso para a cidade o estudo e a análise detalhada dessas questões que estavam interligadas e eram complexas. A Câmara teria oportunidade de fundamentar melhor a sua proposta, as entidades poderiam ser ouvidas e poderiam esclarecer a Assembleia sobre

o sentido do seu posicionamento, das suas expectativas e ambições, e toda a gente poderia deliberar com mais consciência e conhecimento de causa. -----

----- Tudo isso estaria acautelado se tivesse sido feito, mas como não foi feito consideravam que era uma omissão grave no processo que deveria ser suprida pela Assembleia Municipal, a funcionar em Comissão. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que pensavam que era errado, mesmo abusivo, trazer os feirantes ou a Fundação “O Século” para ali como arma de arremesso à Assembleia Municipal. -----

----- Recordava-se que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que fosse qual fosse o resultado da votação da proposta não estava em causa o acordo com os feirantes e com a Fundação “O Século”. Por isso, esta para o PCP não contava porque, de facto, havia a palavra da Câmara de que os compromissos iriam ser assumidos. Portanto, o PCP estava completamente à vontade em relação a esse aspecto, porque não aceitavam que fossem colocados ali como arma de arremesso, quer os feirantes, quer a Fundação “O Século”. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que os motivos da baixa à Comissão já foram referidos, tanto pelo Presidente da Comissão como pelo Deputado Municipal João Pinheiro, pelo que apenas queria referir que o PEV iria votar no sentido da proposta 112/2004 baixar à Comissão. -----

----- Mas desejava também dizer à Câmara Municipal que se devia esforçar quando as Comissões solicitavam, fosse uma reunião, fosse documentos a enviar-lhe. Até para acelerar todo o processo deveria diligenciar no sentido do solicitado. -----

----- Isto porque, em concreto, a reunião que foi pedida em Janeiro pela Comissão não teve grande empenho da Câmara para que se realizasse, pelo menos na Assembleia Municipal, que era o espaço próprio onde se deveria realizar. -----

----- E depois, quanto aos documentos, o Sr. Presidente da Câmara disse há pouco que não havia mais, e, se assim era, não custava fazer um ofício a informar a Comissão dessa situação, porque, se calhar, o problema estaria resolvido. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, referiu que a situação do Parque Mayer os preocupava-os bastante, não só pelos motivos que se prendiam com a reabilitação de uma área nobre da cidade, e desde já recordava que até manifestaram simpatia por alguns dos projectos que foram apresentados para aquela área, mas também porque havia outras entidades, pessoas concretas, trabalhadores, que estavam a ser prejudicados devido ao tempo que este processo se tem arrastado. -----

----- Disse, depois, que o BE estava de acordo com a decisão, por unanimidade, da Comissão Eventual de Acompanhamento do Parque Mayer, e estavam de acordo porque, de facto, tinham cada vez mais a convicção de que construir cidade tinha que ser um processo de diálogo. Percebiam que a Câmara, e o Sr. Presidente da Câmara nomeadamente, quisesse constantemente apresentar propostas, encontrar soluções, procurar encontrar a luz ao fundo do túnel para problemas tão complexos como esse, mas seria bom que o fizesse em diálogo com a cidade. -----

----- Seria bom que dialogasse mais com a Assembleia Municipal sobre essa matéria, essa era uma das razões pela qual a Assembleia Municipal se dispôs a constituir uma Comissão para acompanhar esse processo, e era preciso ter em conta, também, que a quantidade de problemas – porque era efectivamente um problema complexo – que estavam adjacentes à solução dessa questão, recomendavam que alguns deles fossem tratados ou nível de uma Comissão. Eram problemas que tinham alguma sensibilidade, eram problemas que, por vezes, implicavam o interesse público, pelo que era de todo o interesse que eles fossem, em primeiro lugar, debatidos e aprofundados ao nível da Comissão de modo a que a Assembleia Municipal pudesse deliberar em consciência. -----

----- Disse que já ali foram apresentadas algumas questões concretas de grande relevo para uma decisão sobre a matéria, e não se sentiam suficientemente esclarecidos para votar, neste momento, a proposta 112/2004, independentemente de poderem ver que ela poderia fazer parte da solução, de considerarem, com simpatia, alguns projectos que já foram apresentados ligados ao Parque Mayer, e de considerarem também que o problema tinha que ser resolvido com toda a celeridade porque havia pessoas que dependiam de decisões nessa área. Mas, independentemente disso, parecia-lhes que era melhor que se demorasse mais 15 dias e as coisas se fizessem bem, do que terem que vir novamente à Assembleia Municipal revogar a revogação da revogação da decisão da Assembleia Municipal. -----

----- Terminou aconselhando a que se fizessem as coisas com pés e cabeça, que se tentasse aprofundar os problemas e que se tentasse tomar uma decisão sobre esta matéria, que interessava à cidade e a todos. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às intervenções feitas, começou por dizer que ir para a Comissão, atrasar 15 dias a proposta, não era pela Câmara porque quem tinha pressa neste caso era Lisboa, eram os trabalhadores da Feira Popular e a Fundação “O Século”. -----

----- Recordou que propôs que ficasse escrito já hoje na Assembleia e de se evitar a baixa à Comissão, tendo-lhe sido transmitido que a Comissão fazia questão, considerava importante uma reunião com a Câmara sobre essa matéria. Aliás, foi votado por unanimidade, e o Deputado Municipal Feliciano David referiu ainda “uma questão de respeito pela dignidade da Assembleia”, e aí, quando se falava nesses conceitos, não podia deixar passar em claro. -----

----- É que tinham todo o respeito pela dignidade da Assembleia, mas exigiam exactamente o mesmo respeito pela dignidade da Câmara. Gostava que isso ficasse claro! Da Autarquia toda, que era o que estavam a respeitar. -----

----- Mas este não era um sistema parlamentar, o Presidente da Câmara não tinha que andar nas Comissões, a relação do Presidente da Câmara com a Assembleia Municipal, não era a mesma, por exemplo, que a do Primeiro-Ministro com a Assembleia da República! E gostava de saber quantas vezes, no passado, os Presidentes de Câmara, ou os Vereadores, andaram nas Comissões! Tinham toda a disponibilidade para estarem presentes, Vereadores ou ele próprio se o assunto o justificasse e tinha todo o gosto nisso. Agora, não havia nenhuma ofensa à dignidade,

que isso ficasse claro! As Comissões da Assembleia Municipal eram, nomeadamente, para os Deputados Municipais trabalharem e desenvolverem os seus processos, não havia a mesma relação de responsabilidade política que existia entre o Governo e a Assembleia da República. E queria sublinhar muito esta nota porque às vezes parecia-lhe que havia ali um equívoco nisso. -----

----- Portanto, o papel e o estatuto do Presidente da Câmara, nomeadamente na relação com a Assembleia Municipal, não era o mesmo que a de um Primeiro-Ministro com a Assembleia da República. Que isso ficasse bem claro porque, às vezes, parecia haver ali algumas dúvidas. Dizia-o a lei, dizia-o até outras matérias que a si não interessavam nada como até o protocolo, dizia-o fosse o que fosse. -----

----- Mas achava que esta matéria justificava que viessem cá, mais uma vez como têm vindo várias vezes, as Vereadoras da Cultura e do Urbanismo para falarem com os Deputados Municipais sobre o assunto do Parque Mayer. A Câmara já procurou transmitir, foi debatido em reunião de Câmara onde a proposta foi votada por unanimidade e, portanto, ele próprio teria todo o gosto em transmitir ao Sr. Presidente da Assembleia o que houvesse e as Vereadoras e Vereadores estavam à disposição para virem às Comissões, porque embora, como referira, obrigação não existisse, a cortesia institucional, o sentido prático e o respeito recíproco, obviamente aconselhavam a isso. E um parlamento não era um órgão executivo, tinha um estatuto, para quem era democrata, superior, embora na organização do Poder Autárquico o órgão executivo tivesse outra natureza. Que lhes desculpassem a dissertação jurídica. -

----- Todavia, queria dar testemunho público que a relação com o Sr. Presidente da Assembleia tem sido correcta no plano institucional, não falava do plano pessoal porque as questões pessoais não estavam ali, independentemente dos pontos de vista de cada um, às vezes havia divergências, mas, naturalmente, era isso que queriam manter, a importância do tema justificava que existisse esse trabalho conjunto, estavam na disposição dos Vereadores virem à Assembleia Municipal e viriam com certeza, e se a 6 de Abril pudesse estar pronto ficariam todos contentes com isso e ganhava Lisboa, ganhavam os trabalhadores, e a Câmara continuaria a trabalhar com os trabalhadores da Feira, esperava que a partir da próxima sexta-feira, e com a Fundação “O Século” que esperava tivesse a sua situação resolvida em breve. -----

----- Não escondia que gostava que o quadro em que trabalhavam ficasse claro, para se sentir mais seguro e confortável nas opções que iam trilhar com as diferentes entidades, mas uma coisa não prejudicava a outra, como foi dito. -----

----- Portanto, da parte da Câmara o mesmo respeito pela Assembleia, queria que isso ficasse claro, não estava em causa, nunca esteve nem estará. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que, de facto, tinha sido pedido o agendamento de uma reunião com a Câmara Municipal ou com o Sr. Presidente da Câmara, que, obviamente, poderia fazer-se representar por Vereadores responsáveis das diversas áreas, nunca esteve como premissa absoluta que fosse o Sr. Presidente da Câmara nem nunca fariam isso, mas a determinada altura, como as coisas mudaram, tiveram a informação, por parte da Sra. Vereadora que acompanhava o trabalho da Assembleia

nas Conferências de Representantes, que estando a mudar as matérias com tanta profundidade daí o não agendamento e a não proposta de realização dessa reunião. ----
----- Contudo, agora, como estavam em condições de decidir, o que propunham, e a própria Comissão estabelecia o prazo de 15 dias, era que nesse período se realizasse essa reunião para elaboração do Parecer respectivo para ser presente, com a proposta, na reunião do dia 6 do próximo mês de Abril. -----

----- Colocada a questão à Assembleia e obtido o respectivo acordo, declarou que a proposta 112/2004 baixava à Comissão Eventual de Acompanhamento do Parque Mayer, sendo que rapidamente iriam proceder de modo a agendar a reunião com a Câmara Municipal, tal como o Sr. Presidente da Câmara propusera. -----

----- **PONTO 20 – PROPOSTA 113/2004 – APROVAR A ALTERAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE ATRIBUÍDO À ASSOCIAÇÃO AUTO-PARQUES LINS DO REGO, CONSTITUÍDO AO ABRIGO DA DELIBERAÇÃO 82/2000, POR FORMA A PERMITIR A CONSTRUÇÃO DE MAIS UM PISO DE INICIATIVA MUNICIPAL, CUJOS CUSTOS SERÃO SUPORTADOS PELA CONTRAPARTIDA DE UMA PERMUTA E A ALIENAÇÃO DO LOTE MUNICIPAL Nº 2001/048 SITO NA QUINTA DAS LARANJEIRAS À DOLBAC – CONSTRUÇÕES LDª, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ia começar por ler umas palavras que considerava importantes, que trouxe para o desta proposta: -----

----- “Segundo se julga saber este é o segundo parque residencial a ser construído apenas com o empenhamento dos vizinhos, e vale a pena recordar as datas mais significativas, para que conste e para que os Srs. Deputados Municipais possam ter também a ideia da perseverança que é necessária para levar esta carta a Garcia. A primeira manifestação de interesse dos moradores desta zona data de Fevereiro de 1996, tendo a Junta de Freguesia do Campo Grande dado seguimento imediato para a Câmara Municipal de Lisboa, que veio depois a dar parecer favorável de princípio em Março de 1997. -----

----- A primeira assembleia com os moradores, promovida pela Junta, realizou-se em Abril de 1997, mas só em Setembro desse ano foi possível realizar uma assembleia para eleição da Comissão Instaladora. Um ano depois era realizada a assembleia que aprovara os estatutos da associação e elegera os corpos sociais, sendo a formalização da escritura feita em Junho de 1998. Em Janeiro de 2000 foi aprovado o estudo prévio e a Assembleia Municipal votou posteriormente a concessão do direito de superfície a que se seguiu a escritura com a Câmara e o lançamento da construção. -----

----- Alguns anos foram necessários para a tramitação do projecto, e como se previa que fossem necessários seis meses de construção até que o parque começasse a ser utilizado, chegaria aos cinco anos para todo o processo. Isto com o empenhamento de todos os envolvidos, de que se destacavam os membros dos corpos sociais da

associação e as medidas tomadas pela Câmara de Lisboa para acelerar a apreciação do projecto. -----

----- Como se vê, não foi fácil mas tornou-se possível criar assim um parque de estacionamento residencial para 98 lugares.” -----

----- Disse que trouxe estas palavras, mas elas não eram suas. Eram do Sr. Deputado Municipal Rocha Cabral, do Partido Socialista, Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, no mandato anterior, proferidas em Sessão da Assembleia Municipal.

----- Prosseguindo, disse que não se tratava de um parque de estacionamento que constasse do seu programa de candidatura. Ele foi tratado pelo anterior Vice-Presidente da Câmara, Prof. Carmona Rodrigues, e pelos respectivos serviços da Câmara, e quando lhe foi trazido perguntara se havia acordo de todos ao que responderam que sim, que era uma iniciativa da Associação de Moradores, com 98 moradores. Foi uma iniciativa do Partido Socialista e a escritura da concessão do direito de superfície, que tinha consigo, foi assinada em 2000 pelos Vereadores Fontão de Carvalho e Machado Rodrigues. E quando lhe trouxeram esta questão e constatara todo esse consenso, mandara que agendassem para reunião de Câmara. -----

----- Portanto tinha, como referira, o documento da constituição do direito de superfície a 8 de Novembro de 2000, e a favor da Associação de Moradores outorgou a escritura o Sr. Vereador Carlos Fontão de Carvalho. -----

----- Posteriormente, em Maio, a Câmara deliberou, por unanimidade, esta mesma proposta, que agora tinha a alteração de um piso, a pedido dos moradores como foi dito, na mesma zona, no mesmo sítio, com a mesma finalidade, e a própria Assembleia Municipal votara também por unanimidade. Aliás, tinha também consigo as presenças nessa reunião da Assembleia Municipal, realizada em 2 de Maio de 2000. -----

----- Segundo lhe disseram, o Deputado Municipal Miguel Coelho, por sorte dele a vários níveis, estava hoje em viagem para Taiwan. O Deputado Municipal Dias Baptista também não estava presente, enfim impedimentos de saúde ou outros que com certeza eram totalmente respeitáveis, mas não sabia se sendo ele um especialista em meteorologia, isso teve a ver com a previsão do tempo para esta reunião da Assembleia. Agora, o que era certo é que tinham a votação favorável nessa proposta do Deputado Municipal Dias Baptista na tal reunião realizada em 2 de Maio de 2000, como tinham também a votação da Deputada Municipal Luísa Sabino e de todos os outros Deputados Municipais já que a proposta foi aprovada por unanimidade, para o sítio que o Partido Socialista visitou no passado sábado a dizer cobras a lagartos. -----

----- Ainda no sábado de madrugada foi pessoalmente ao local, foi também domingo, levou as pessoas consigo, e disse que levassem os mapas e as plantas outra vez para conferir. Era uma planta bordejada a azul, feita na altura, tinha consigo a licença, paga, para início dos movimentos de terra, em 2000, dos serviços da Câmara, assinada pelos mesmos! -----

----- Portanto, com toda a franqueza, tudo tinha limites. Para si hoje era um dia com um significado especial por razões pessoais, todos tinham as suas crenças e as suas convicções, mas confessava, e não deixava de o fazer publicamente, que os últimos

anos de funcionamento do sistema político em Lisboa lhe têm feito abalar um bocadinho as convicções nas regras desse sistema político. Não acreditava que fosse possível as pessoas funcionarem assim! Não estava a dizer nada de político, se quisessem ele chegava-se para o lado, estava a falar pessoalmente. Isso não era possível, isso já não era uma questão de descaramento! -----

----- Não acreditava que a comunicação social, permitia-se dizê-lo, tão atenta a tudo e sendo os jornalistas aqueles mesmos que em muitos casos acompanhavam os trabalhos da Câmara, não soubessem isso. É que se não sabiam deviam saber! Hoje em dia era um combate desigual, porque eram partidos contra partidos mas uns partidos tinham mais alguma coisa no dia-a-dia do que tinham outros que não conseguiam ver ser feita justiça às posições que defendiam. -----

----- Ainda outro dia viu que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, que era Presidente da EPUL, foi fazer uma visita por causa do campo do Bairro da Boavista. E então questionou-se se era o mesmo, o mesmo autor do projecto que não foi licenciado que foi protestar e acusar a Câmara do erro que ele próprio cometeu! Isso era uma coisa surrealista! Leu num jornal “Presidente da Junta de Freguesia de Benfica” e disse para consigo que se calhar tinha mudado e pessoalmente não soube dessa mudança. Mas não, continuava o mesmo, o Sr. Deputado Municipal Fernando Saraiva, que ao tempo era Presidente da EPUL, que foi quem fez o projecto, que não era licenciado pela Associação de Futebol de Lisboa nem por bombeiros e por isso não tinha funcionamento. Mas foi lá com os jornalistas a dizer “olhem para isto!” Isso era inacreditável! -----

----- E neste parque de estacionamento da Rua José Lins do Rego os mesmos que tomaram a iniciativa, que assinaram, que fizeram escrituras, que votaram a favor, vinham agora levantar problemas. Mas que votassem como quisessem, como há bocado se iam abster na votação da proposta sobre os imóveis do IGAPHE, se agora quisessem votar contra que o fizessem porque achava delicioso que votassem contra e a favor, em dois anos, a mesma matéria. -----

----- Lá porque havia 6, 7 ou 50 moradores, infelizmente os alinhamentos partidários hoje em dia tinham muito eco nalguns espaços, as deliberações do Município, tomadas segundo as regras institucionalmente definidas, por unanimidade, eram postas em causa dessa maneira? Sinceramente achava que nestas alturas tinham razão aqueles que diziam que a política era para os outros. -----

----- Disse que a oposição se ria e era por isso que entendia que valia a pena deixar ali dito que algumas das pessoas que tinham essas atitudes não iam mudar. Isso não tinha a ver nem com as origens, nem com os níveis de rendimento das pessoas, eram questões de formação, eram questões de ética, eram maneiras de estar na vida, que, de facto, não se podiam igualizar. Isso não tinha a ver com política, eram padrões de comportamento, era uma questão de uma pessoa ter sempre a mesma cara, porque de duas caras só conhecia o feijão-frade. -----

----- Portanto, uma pessoa dizer “somos contra” e levar a comunicação social a dizer “olhem para aquele Presidente da Câmara, árvores centenárias, quer dar cabo delas”. Isso tinha parecer favorável dos Espaços Verdes, dado naquele tempo e

posteriormente! E era o líder do Grupo Municipal do Partido Socialista que ia com os jornalistas numa visita dizer “olhem para isto”. Olhem para isto, que os próprios fizeram! -----

----- Terminou dizendo que isso não era política, para si não era nada, com toda a franqueza não era nada mas que votassem como quisessem porque isso lhe era indiferente. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que a Associação de Moradores da zona Oriental do Campo Grande lhe pediu uma audiência, e ontem mesmo a recebeu tendo feito questão que estivesse presente a Comissão de Urbanismo, Rede Viária e Circulação. Ouviram a Associação, e a Comissão, por unanimidade, decidira pedir a baixa desta proposta à Comissão para estabelecer negociações com a Câmara no sentido de se poder evoluir para uma solução mais adequada em função das realidades do meio. -----

----- Não se queria pronunciar sobre a matéria, mas foi isso que aí ficou assente de facto. -----

----- Disse, ainda, que na Comissão estavam representadas três forças políticas – PCP, PS e PSD – que tomaram, por unanimidade, a deliberação de propor a baixa desta proposta à Comissão. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra para defesa da honra, disse que passava por cima das considerações que o Sr. Presidente da Câmara fez sobre a ética, as duas caras e o feijão-frade, não ia por aí. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara sabia bem que ele não precisava de autorização fosse de quem fosse para ir, na sua freguesia, onde quer que fosse. -----

----- Por outro lado, quando ali colocara, na última reunião, o problema do campo de futebol do Bairro da Boavista não estar aberto por motivos de natureza jurídico/burocrática sendo o bairro altamente carenciado, o Sr. Presidente da Câmara respondeu-lhe que ele sabia porquê como Presidente da EPUL. Mas honrava-se muito de alguns equipamentos em que teve oportunidade de colaborar com a anterior Câmara e com a própria empresa e de a levar à frente, alguns dos quais, como por exemplo a biblioteca de Telheiras, que também não tinha as licenças que o Sr. Presidente da Câmara tanto falara mas que foi inaugurar e até fez um brochura bastante interessante, que quem lia aquilo até pensava que era obra sua mas que decorria da actual política cultural da Câmara Municipal. -----

----- Estava-se a referir, portanto, à biblioteca da Telheiras, que foi construída da mesma forma, e essa, enfim, era um equipamento cultural que achava muito bem que tivesse entrado em funcionamento e estava num bairro que até nem era um bairro carenciado do ponto de vista social, mas o Bairro da Boavista era-o e havia colectividades no Bairro da Boavista que pagavam 900 contos por mês de aluguer de campos desportivos. -----

----- Ainda perceberia se fosse entre a Câmara e uma empresa particular que se discutisse a recepção do equipamento e que a Câmara quisesse acautelar até ao último minuto todos os interesses do Município, mas a EPUL era da Câmara, fazia parte do Município. Estava ali um equipamento pronto, e bom, de grande qualidade e com as

colectividades do bairro a pagarem alugueres de campos de futebol e a não terem dinheiro para levar mais miúdos. Ia lá e via os miúdos na rua e esse equipamento feito, a aguardar não sabia o quê, e a pagar-se a uma empresa de segurança cerca de mil contos. Isso ofendia-o. -----

----- Claro que o Sr. Presidente da Câmara lhe referia que o campo não funcionava porque ele não teve em conta na altura determinadas situações, mas a isso respondia-lhe que se calhar não se iria realizar o Euro 2004 porque em Junho não podiam ir aos estádios do Benfica e do Sporting nem lá deveriam ir agora, porque de certeza também não tinham as licenças que faltavam ainda ao campo de futebol do Bairro da Boavista. Já agora, agradecia que lhe dissessem se podia ir descansado lá porque tinham as licenças todas. -----

----- Era óbvio que havia sempre situações que eram ultrapassáveis pelo bom-senso, não era, só porque lhes dava na gana, irem lá e aquilo eram uns malvados! Aliás, ainda há pouco estiveram ali a discutir, durante uma hora, a revogação de uma coisa que aprovaram, por unanimidade, há seis meses, e ninguém levou a mal nem falou que a Câmara trocou, como também ninguém falou em feijão-frade. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, disse que, efectivamente, ontem tiveram uma reunião de trabalho com um grupo de representantes de habitantes de Alvalade, a propósito da construção deste e, eventualmente, outros parques de estacionamento em Alvalade, no sentido de resolver um problema gravíssimo daquele bairro, um bairro de que Lisboa se podia orgulhar, dos maiores bairros de iniciativa estatal e municipal que fez história, mas que, neste momento, como era óbvio, sofria alguns problemas de envelhecimento, um dos quais era, apesar de toda a previdência do autor do projecto, o Arqtº Faria da Costa, o primeiro urbanista português, o problema da circulação e do estacionamento que de facto eram graves neste momento. -----

----- Por isso, ficou acordado que a Comissão, em colaboração com a Junta de Freguesia e com a população organizada, iria estudar a maneira de colmatar esse problema do estacionamento no Bairro de Alvalade, chamando a atenção para o estatuto de o interior dos quarteirões, cuja figura jurídica não estava bem definida, poderem vir a ser, sem grandes investimentos e sem ferir a imagem daquele bairro, aproveitados para resolver o problema do estacionamento. -----

----- Terminou dizendo que podia garantir que haveria da parte da Comissão o maior empenho para resolver esse problema. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que o Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, apresentou a proposta que a seguir se transcreve: -----

----- PROPOSTA -----

----- “Considerando: -----

----- - Que a proposta n.º 113/2004 suscita as maiores reservas no que respeita à localização do parque de estacionamento em subsolo na Praceta da Rua José Lins do Rego; -----

----- - Que embora se reconheça a necessidade da construção de um parque de estacionamento na zona, dada a carência de espaços para o efeito, afigura-se que existem alternativas mais adequadas para a sua implantação em zonas limítrofes, que evitaria a destruição do jardim da praça e permitiria a requalificação desses terrenos camarários que se encontram profundamente degradados pois neles proliferam lixeiras, cemitérios de automóveis e construções ilegais. -----

----- O Grupo do Partido Comunista Português na Assembleia Municipal de Lisboa propõe: -----

----- Que a proposta n.º 113/2004 baixe à Comissão de Urbanismo, Rede Viária e Circulação desta Assembleia, a fim de esta emitir parecer.” -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que muitas vezes tem estado em discordância com o Sr. Presidente da Câmara, mas, neste caso, estava plenamente de acordo com a sua perplexidade face à consulta do processo, porque, efectivamente, analisando o processo causava estranheza a forma como ele tinha evoluído e, portanto, em função dele a decisão tomada. -----

----- Também estava de acordo que não era uma questão política, era uma questão mais técnica que tinha em vista a melhor resolução de um problema. Portanto, todos eram responsáveis. -----

----- Mas, possivelmente, não faria o que o Sr. Presidente da Câmara fez, se não foi visitar o local, porque analisou o processo e tomou a decisão. Pessoalmente, em primeiro lugar, ouviria a Associação que lhe pediu várias vezes para ser recebida e, tanto quanto o informaram, não tinha sido recebida, porque, se tivesse sido, ouviria as suas razões. Depois, iria visitar o local. Se o Sr. Presidente da Câmara o foi visitar podia falar com autoridade, mas, se não foi, não podia. Foi isso exactamente aquilo que fizeram, o Associação pediu para que o PCP a ouvisse e ouviram-na, e perante a estranheza e perante os factos decidiram fazer uma visita num grupo composto por três Deputados Municipais, e aquilo a que assistiram era realmente estranho. Era lamentável como se chegara a esta situação! Convidava o Sr. Presidente da Câmara, e o Sr. Presidente da Junta poderia acompanhá-lo também, para ver o abandono em que se encontrava aquela zona, zona essa que era composta por terrenos camarários com mais de hectare e meio. -----

----- Era também um cemitério de automóveis onde diariamente se construíam pequenas barracas, garagens. Aliás, segundo o informaram, o Presidente da Junta assistira, na semana passada, à construção de uma delas e era lamentável que numa zona nobre da cidade se assistisse àquele espectáculo. -----

----- Portanto, aquela podia ser uma zona verde aproveitada para equipamentos sociais, todo o tipo de equipamento colectivo, e, no entanto, estava naquele abandono. E ao constatarem isso verificavam que a solução alternativa que a Associação propunha parecia muito mais adequada, e era justamente em função disso que consideravam que a proposta de baixa à Comissão da proposta da Câmara n.º 113/2004 se justificava para que fosse melhorada. -----

----- Disse, ainda, que lamentavam o que tinha ocorrido no passado quanto a esta matéria. Certamente teriam sido tomadas as decisões mais correctas para as pessoas,

tanto mais que existia ali um facto a ter em conta, que era uma contrapartida importante para a cidade, concretamente a construção, no edifício que se permutava, de dois andares para um centro cívico. Portanto, houve factores que certamente teriam ajudado a tomar essa decisão, que, no entanto, não teria sido a melhor, mas era por isso mesmo que agora deveriam reflectir sobre a matéria. Passado era passado, agora teriam que procurar corrigir no interesse da cidade. -----

----- Terminou repetindo o convite ao Sr. Presidente da Câmara para que visitasse a zona e procurasse tomar outras medidas em relação a ela. Aliás, segundo o informaram, o local já teria sido objecto dum projecto do Arqtº Ribeiro Teles. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, depois de referir que perfilhavam a ideia de um melhor aprofundamento desta matéria, disse que pessoalmente não fazia parte da Assembleia Municipal no mandato anterior, mas não deixava de ficar constrangido com as considerações de carácter ético e moral que o Sr. Presidente da Câmara acabara de referir sobre a Assembleia, que, aliás, lhe pareciam perfeitamente despropositadas. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referira que a Assembleia não era um sistema parlamentar, tinham dois órgãos que tinham legitimidade própria e directa e era preciso que o Sr. Presidente da Câmara tivesse em conta que os eleitores que lhe deram legitimidade eram precisamente os mesmos eleitores que deram legitimidade à Assembleia. A níveis diferentes, com tarefas diferentes, representavam precisamente os mesmos eleitores, pelo que o Sr. Presidente da Câmara ao desconsiderar da forma que o fez a Assembleia Municipal, estava a desconsiderar os seus próprios eleitores. ---

----- Disse que tinha inteiro respeito pelos constrangimentos pessoais que o Sr. Presidente da Câmara eventualmente tivesse hoje, mas tinha que lhe dizer que a argumentação que utilizara em relação à proposta em discussão, a 113/2004, dever-se-ia aplicar precisamente à proposta n.º 112/2004, pelo que não podia ter ali dois critérios, duas medidas, em relação à sua avaliação sobre as propostas que vinham à Assembleia Municipal. -----

----- Disse, ainda, que o BE estava perfeitamente de acordo que se instalasse um parque de estacionamento naquela área. Cumpriram a missão de ouvir os moradores da zona, que lhes disseram que havia problemas com o parque de estacionamento proposto, que ele deveria ser construído em certa, mas noutra área, que ele teria toda a razão de ser mas noutra local. Eles tinham pareceres, inclusivamente tinham propostas alternativas, e a sua pergunta era qual a razão porque a Assembleia Municipal não os deveria ouvir e a Câmara Municipal não equacionava a possibilidade de que a Associação de Moradores até tivesse razão. -----

----- A concluir, disse que fosse qual fosse a posição da Assembleia Municipal, o BE defendia que a Assembleia e a Câmara tratassem desse assunto tendo em conta a opinião dos moradores, que reflectissem sobre esse problema e que pudessem equacionar a possibilidade do referido parque de estacionamento ser construído noutra local, de acordo com as propostas alternativas que a Associação de Moradores da zona tem feito. Era apenas isso, não valia a pena ficarem com considerações mais ou menos

extratósfericas sobre a qualidade moral dos Deputados Municipais, que lhe pareciam perfeitamente despropositadas. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, disse que com toda a serenidade e de um modo construtivo, desejava dizer ao Sr. Presidente da Câmara que achava um pouco despropositadas e algo exageradas algumas das suas declarações. O PS poderia perfeitamente ter utilizado a figura regimental de defesa da honra da bancada, mas decidiram não o fazer exactamente porque achavam que, se calhar, só contribuiria para estar a crispar ainda mais o debate quando o que se pretendia era alcançar uma solução que adequasse o interesse da cidade e satisfizesse os interesses dos agentes envolvidos nesta questão. -----

----- Sobre a visita que o PS fez e que o Sr. Presidente da Câmara referira várias vezes na sua intervenção, disse que mal seria que não fizessem trabalho político, não só nos órgãos municipais mas também com associações na rua. O Sr. Presidente da Câmara não os devia condenar por isso, estavam a fazer o papel que lhes competia, assim como o PSD também fazia variadíssimas actividades e não viam o PS ali crispado por esse tipo de postura. Dava-lhes gosto que o Sr. Presidente da Câmara as observasse com atenção e as comentasse abundantemente, isso fazia parte do jogo político e o Sr. Presidente da Câmara tinha uma excelente capacidade oratória para o fazer, mas não valia a pena crispar-se com aquilo que não havia necessidade para tal. -----

----- Seguidamente, depois de referir que comungava das palavras que foram ditas pelo Deputado Municipal Feliciano David, disse que quanto ao passado na matéria em debate, era daqueles que se orgulhava do passado do PS na Câmara e na Assembleia de Lisboa embora não fosse nessa altura Deputado Municipal, mas também lhe causara perplexidade quando viu o processo, quando ouviu os moradores, e ainda mais perplexidade lhe causara quando foi ao local. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara só se esquecera, com certeza que involuntariamente, de referir um dado relevante do processo: era verdade que o processo se tinha desenvolvido, era verdade que existiram inúmeros pareceres dos serviços e era verdade que existiram propostas e deliberações, mas também era verdade que, quando se passara da fase deliberativa para a fase de execução, houve contestação e a apresentação de propostas alternativas. E era igualmente verdade que grande parte do trabalho da proposta foi feito pelos serviços da Câmara. -----

----- E o dado que o Sr. Presidente da Câmara omitiu, involuntariamente estava certo disso, foi que o anterior Presidente da Câmara, Dr. João Soares, face à contestação e à apresentação de propostas alternativas, deslocara-se ao local e assumira que tinha existido um erro, uma menor avaliação. Era verdade e era público, foi assumido e mais uma vez repetido pela Associação de Moradores, que foi feita a proposta e assumido o compromisso de parar aquela obra e revogá-la. -----

----- No seu entender havia dois pecados originais no processo, o primeiro dos quais, que admitia fosse partilhado agora pela actual da Câmara, era que muitas das vezes se decidia, e decide-se, nos gabinetes a partir dos pareceres dos técnicos e não havia um conhecimento aprofundado e disponibilidade para ouvir em tempo os moradores,

porque se a Câmara anterior tivesse ouvido os moradores, tivesse deixado a parte dos papéis e ido ao local, se calhar não teria avançado para a deliberação. -----

----- O segundo pecado original teria a ver, eventualmente, com um excesso de confiança em termos de vitória nas eleições, que depois foi penalizado pelos eleitores. O então Presidente da Câmara assumira com os moradores o compromisso de suspender a obra e ela foi suspensa, não foi concretizada, e depois assumira também o compromisso de revogar essa deliberação, ou seja, apresentar uma proposta de revogação salvaguardando os direitos adquiridos da Associação, implementando-se naquele local uma outra solução. Portanto, neste caso, o pecado original é que essa proposta não foi feita. -----

----- Respondendo a um aparte do Sr. Presidente da Câmara disse que estava a tentar fazer uma intervenção construtiva, mas se calhar preferia uma intervenção mais populista e mais caceteira sobre todas as mudanças de opinião, sobre todas as ideias que a Câmara lançava sobre os mais variados assuntos, que avançava, recuava, andava para a frente, para trás, para cima e para baixo, para a esquerda e para a direita, que também era tudo de boca e não estava nada escrito. Ainda há pouco assistiram à discussão de uma proposta sobre matéria semelhante que também estavam a procurar ajudar a resolver, mas se efectivamente preferia uma intervenção desse género podiam fazer isso, podiam entrar nesse debate. -----

----- Mas achava que não era isso que estava em causa! O que estava em causa era que estavam a assumir erros do passado, e porque eram todos pessoas de bom-senso quando se assumia o compromisso de revogar uma proposta, essa proposta deveria ser trazida à Assembleia Municipal. Não havia dúvidas sobre esse assunto. -----

----- Naturalmente pela pressão da obra, dos trabalhos, da proximidade das eleições, pensou-se que ficava para depois e que o assunto se resolveria, mas o facto era que a obra não avançou, e não avançou justamente porque tinha sido assumido esse compromisso. E agora o Executivo confrontou-se – acreditava perfeitamente na intervenção que o Sr. Presidente da Câmara fez – com a proposta dos serviços a dizer para dar continuidade. -----

----- Agora, não havia dúvidas nenhuma que ouvindo a Associação de Moradores, coisa que a Câmara já devia ter feito e não fez, e deslocando-se ao local, o Sr. Presidente da Câmara referiu que já lá tinha ido, não punha isso em dúvida, mas se calhar foi apenas à praceta, e aí podiam ter opiniões discutíveis sobre a localização, não havia dúvidas nenhuma que se saíssem da praceta e passassem a visitar terrenos municipais, parcelas municipais, construções clandestinas, negócios clandestinos, situações absolutamente inqualificáveis, todos concordariam – e isso deveria ter sido visto no passado como devia ter sido visto agora – que havia na zona situações alternativas. Eventualmente até, em vez de ser em subsolo, para a construção de um silo, que foi uma aposta que o Sr. Presidente da Câmara fez e tem concretizado alguns. Isso serviria melhor a cidade, serviria melhor os moradores da zona, permitiria requalificar aquela área e salvaguardaria os direitos que já estavam adquiridos. -----

----- Era só isso que assumiam nas responsabilidades do passado. Entendiam que a Câmara também devia assumir que poderia ter recebido os moradores, não perdiam

nada com isso, era essa a proposta que estava em cima da mesa e que iriam votar favoravelmente para, em sede de Comissão, se ouvirem as diferentes partes e haver uma deslocação ao local, até, eventualmente, com técnicos da Câmara. Se o Sr. Presidente da Câmara quisesse, também podiam fazer uma volta em conjunto, onde, construtivamente, o PS apresentaria as suas ideias, e poderiam, a curtos prazo, construir ali o parque de estacionamento salvaguardando toda a zona envolvente, o que seria de certeza uma solução melhor para a cidade e para todos os moradores da zona, e seria uma situação melhor para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Disse, ainda, que na maioria das situações se tem mantido, e deveria manter-se sempre, a elevação no debate político. Independentemente de mudanças de opinião, de divergências, do confronto ideológico ou do confronto político em concreto para o encontro de soluções, entendia que deveriam manter a calma, a tranquilidade e a serenidade. Assim como não gostava que o Sr. Presidente da Câmara fosse alvo de ataques pessoais inqualificáveis, às vezes até por pessoas do seu próprio partido, como também não gostava que muitas vezes no seu partido se confundissem as divergências de opinião com ataques pessoais, também entre os vários partidos da Assembleia e a Câmara teriam que manter a elevação, a frontalidade e o tom construtivo das intervenções. -----

----- De facto, não havia necessidade de partirem de confrontos políticos ou confrontos às vezes de soluções técnicas em concreto, para apartes e despiques pessoais que não dignificavam nada as pessoas que estavam a assistir às reuniões da Assembleia Municipal. Todos tinham essa responsabilidade. -----

----- **O Deputado Municipal Pessoa e Costa (PSD)**, no uso da palavra, disse que ouviu com atenção o resumo que o Sr. Presidente fez sobre a reunião da Comissão de Urbanismo, a que presidiu, e como esteve presente tomou a palavra para tentar perceber em que reunião estiveram, pois certamente não estiveram na mesma reunião. Isto porque tudo o que foi tratado o Sr. Presidente não referiu, e não referiu, por exemplo, a sua posição pessoal. -----

----- Aquilo que disse – e o Deputado Municipal Pinto Trindade depois também o seguiu – foi que conhecia muito bem o bairro, vivia lá há mais de 40 anos, conhecia muito bem o local, achava muito estranha a posição da Associação de Moradores, que também estava presente e o ouviu dizer isso. Achava que deveria haver ali um parque. -----

----- Mas também referiu que achava estranhíssimo que nessa reunião não estivesse presente a Associação dos compradores do parque, que, como também ontem referiu, já pagaram, e igualmente referiu que também achava muito estranho que o Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande não estivesse presente para dizer o que tinha a dizer sobre o assunto. Aliás, segundo o próprio acabava de confirmar, não tinha sido convidado o que significava que havia uns Presidentes de Junta que eram convidados para tratar de determinados assuntos e outros que não. -----

----- Por outro lado, também referiu – e corroborava a opinião do Sr. Presidente da Câmara – que aquilo que lá estava era uma vergonha completa. Conhecia bem a zona, andou lá de bicicleta, passava por lá regularmente e, efectivamente, como se encontrava o local era uma vergonha. Carros estacionados em terceira fila, moradores

que queria sair de casa de dia ou à noite não o conseguiam fazer, portanto se havia zona que precisava de um parque de estacionamento era aquela. O parque ali fazia todo o sentido, e a Associação também o ouviu dizer isso. -----

----- Disse, ainda, que não via lá garagens clandestinas e outras coisas clandestinas também. Não via! Podia ver, e também referira isso ontem ao Sr. Presidente, que a Casa Pia fez uma ampliação clandestina na vigência do Governo anterior. Aliás, o Bairro de Alvalade era conhecido por não ser um bairro propriamente de coisas clandestinas. Era um bairro organizado, estabilizado, portanto não fazia sentido que quanto aos clandestinos se dissesse aquilo que foi dito. -----

----- O que ficou combinado, segundo referiu, foi fazer um conjunto de diligências junto do Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, que não tinha sido convidado, junto da Associação dos compradores dos lugares, etc., no sentido de hoje tomarem uma decisão sobre a matéria. Não foi baixar a Comissões, não havia acta nenhuma, não havia rigorosamente nada. -----

----- Em suma, foi esse o sentido que tirou da proposta que fizeram ontem. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que esteve nessa reunião e tinha que esclarecer que recebeu a exposição da Associação pedindo-lhe uma audiência a si, Presidente da Assembleia Municipal, e entendera, num primeiro passo, não ser só consigo mas também com a Comissão de Urbanismo, Rede Viária e Circulação. E daí o terem estado presentes. -----

----- Era evidente que não quis ali expor as razões da Associação nem outras razões quaisquer, mas apenas dar a informação. E o que foi de facto decidido foi pedir a baixa da proposta à Comissão de Urbanismo, o que mereceu a unanimidade – estava presente o Presidente da Comissão que podia confirmar isso – e tinham que ter só uma cara e uma palavra. Houve acordo, dada a situação confusa e complicada, para que se evoluísse no sentido de estabelecer relações com a Câmara, com a Junta de Freguesia e com todas as estruturas que se entendesse, para se resolver o problema em função dos melhores interesses da população e da cidade. -----

----- E disso não me desmente Sr. Deputado, disse a terminar! -----

----- **O Deputado Municipal Pessoa e Costa (PSD)** respondeu dizendo que o Sr. Presidente também o não desmentia, e voltou a repetir que o que ficou combinado foi proceder a diligências junto da Junta de Freguesia ... -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o orador, disse que a reunião foi ontem à tarde e a ideia que tinha ficado foi baixar à Comissão e depois estabelecer-se o relacionamento, porque desde ontem às cinco horas da tarde até agora não era possível estabelecer esse relacionamento no sentido do levantamento sério da situação. -----

----- **O Deputado Municipal Pessoa e Costa (PSD)** repetiu que o que ficou combinado foi proceder a diligências. Que não quisessem lá o parque, isso era outra coisa. -----

----- **O Senhor Presidente** acrescentou que então estavam de acordo: “proceder a diligências”! -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Sabino (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o colega que acabou de falar sabia que ela tinha imensa

consideração por ele, mas quem a conhecia há muitos anos sabia que para si a verdade estava acima de tudo. Até compreendia que, politicamente, o colega pudesse estar numa posição de mal-estar, era uma velha militante com muito traquejo do assunto, e sabia que era capaz de ser isso. -----

----- Contudo, apesar de toda a consideração que tinha pelo colega, queria dizer-lhe que subscrevia tudo aquilo que disse na parte inicial da sua intervenção, porque isso estava certo, mas já não podia subscrever aquilo que disse na parte final por não corresponder ao que efectivamente se passou. -----

----- E porque era a segunda vez que acontecia na Comissão dizer-se uma coisa e depois chegar-se ao Plenário e dizer-se outra, pedia que se arranjasse um gravador pequenino para gravar as reuniões da Comissão de Urbanismo, pois, pessoalmente, não se sujeitava a estar numa Comissão onde as pessoas eram adultas, idóneas e que considerava todas sérias, e depois de, como neste caso, se decidir que era para baixar à Comissão para fazer as necessárias diligências, se viesse agora dizer que não foi assim. Não estava tarada, o Presidente não estava louco, o seu camarada não estava marado, o Presidente da Comissão não estava maluquinho, não era só o colega que estava bom. Nem tinha sequer ouvido o colega do PSD, mas podia ter a certeza que ela, como os outros presentes, estavam todos no seu juízo perfeito. -----

----- Portanto, para que isso não voltasse a acontecer, insistia que se comprasse um gravador pequenino para gravar o que se decidia nas Comissões, pelo menos na Comissão de Urbanismo, para que depois não se viesse ali fazer dos outros uma pandilha de aldrabões quando apenas referiam o que efectivamente se tinha passado. --

----- **O Deputado Municipal Fernando Pinto Trindade (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia começar exactamente por apoiar a proposta acabada de apresentar pela Deputada Municipal Luísa Sabino no sentido de passarem a ser gravadas as reuniões das Comissões, porque, há tempos atrás, o Deputado Municipal Miguel Coelho veio apresentar ao Plenário uma determinada questão de forma diferente daquela que tinham decidido em Comissão. -----

----- Disse, depois, que no jornal A Capital, do passado dia 17 de Março, quarta-feira, vinha uma notícia que dizia: “A Associação de Moradores da Rua José Lins do Rego, na Freguesia do Campo Grande, está contra a construção dum parque de estacionamento. Ontem os moradores foram recebidos por Miguel Coelho, líder da Concelhia de Lisboa do PS” – portanto, tipo Luís de Matos, era para aquilo que lhe convinha. No jornal Público, de domingo, dia 21, vinha uma notícia que dizia: “Depois de se terem absterido na última votação camarária sobre a matéria, os socialistas garantem agora que vão apresentar à Assembleia Municipal de Lisboa uma proposta de recomendação no sentido da Autarquia suspender o processo que visa a construção dum parque de estacionamento subterrâneo na praça da Rua José Lins do Rego, etc.” -----

----- Referiu que havia uma Associação de compradores, alguns dos quais já pagaram para a construção do parque, e existia agora uma outra Associação que queria outro parque, pelo que havia dois interlocutores a ter em conta. E foi por essa razão – e mais outras que já ia dizer – que aceitou que a proposta baixasse à Comissão. -----

----- Disse, então, que numa visita ao local, no passado dia 13, fez a sua análise da situação e constatou que tomara Lisboa ter muitos lugares como aquele para fazer parques de estacionamento. As árvores mais velhas cortavam-se, também os humanos quando atingiam uma idade avançada “iam embora”, pelo que não servia o argumento da idade das árvores. Para além disso, também havia terrenos circundantes que poderiam de alguma maneira atenuar a grande falta de lugares de estacionamento naquela zona, porque, de facto, os espaços expectantes eram bastantes e poder-se-iam aproveitar para isso. Essa foi outra razão pela qual acedera que a proposta baixasse à Comissão. -----

----- Porém, não queria deixar de dizer que o PCP normalmente, e o PS por vezes, não faziam mais do que criar problemas à Câmara. Isso tinha que ser dito porque era verdade! Tentavam de toda a maneira protelar as obras que a Câmara fazia. Mas a população lisboeta estava atenta e quando houver novas eleições veriam o que ia acontecer, se calhar o actual Presidente da Câmara em vez de ser eleito com uma diferença de pouco mais de oitocentos votos seria eleito com uma diferença de milhares. -----

----- Terminou dizendo que sobre o que se passou com a Comissão, o Deputado Municipal Pessoa e Costa já disse aquilo que tinha a dizer. -----

----- **O Senhor Presidente** perguntou se era ou não verdade que esteve de acordo com a baixa da proposta à Comissão, ao que o **Deputado Municipal Fernando Pinto Trindade** respondeu que efectivamente esteve de acordo, mas o seu objectivo era outro, era que não se protelasse a construção deste parque por muito tempo e criar outros parques, porque a Comissão de Urbanismo recomendava que fossem aproveitadas as áreas expectantes da cidade para com muito pouco dinheiro se conseguirem lugares para estacionamento. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, recordou que tinha dito há pouco que não queria usar esta figura, mas a última intervenção não lhe deixava alternativa, e, portanto, iria usá-la de um modo muito sucinto. -----

----- Era apenas e só para dizer que achava lamentável a parte da última intervenção que se referia ao seu camarada, Deputado Municipal Miguel Coelho. Aliás, nem sequer percebera muito bem a que propósito vinha isso, já que o Deputado Municipal Miguel Coelho nem sequer fazia parte da Comissão de Urbanismo nem nunca tinha ido a uma reunião dessa Comissão. Portanto, não percebera muito bem a mistura de qualidades que ali foi feita entre os debates, as reuniões e as deliberações da Comissão de Urbanismo e a condição de líder do PS/Lisboa do Deputado Municipal Miguel Coelho. -----

----- Quanto ao resto, disse que havia muito a dizer mas não o ia fazer já que a intervenção produzida era mais para consumo interno, para justificar o voto, porque tudo aquilo que estava a ler já saíra nos jornais de domingo e a votação na Comissão foi ontem à tarde. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que não fez parte da Assembleia Municipal no anterior mandato, não sabia, portanto,

como foi que “Os verdes” votaram, mas tentara informar-se sobre aquilo que se passou e aquilo que pôde apurar foi que o Executivo anterior quando se apercebera do absurdo – absurdo era a expressão do jornal – de construir o parque de estacionamento no jardim da praceta, suspendeu ou abandonou o projecto. -----

----- O que agora acontecia era que tinham um problema para resolver que era a necessidade da construção de um parque de estacionamento. A virtude era resolver os problemas sem criar outros, e quando queriam construir um parque de estacionamento, que era necessário e havia alternativas nas traseiras da praceta onde existiam terrenos que precisavam de ser requalificados, perguntava se em vez de estarem a resolver um problema criando outro não poderiam resolver dois de uma vez só. Ou seja, fazer o parque de estacionamento nas traseiras da praceta aproveitando-se para requalificar aquelas parcelas. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia intervir com o à-vontade de quem ia propor a seguir que uma proposta que tinha que ver com parques de estacionamento baixasse à Comissão pertinente da Assembleia Municipal. Portanto, falava com esse à-vontade para que as coisas fossem claras e para que não se confundissem. -----

----- Quanto à proposta em discussão, pela memória que tinha do acompanhamento que fez da matéria relacionada com a construção desse parque de estacionamento durante todo o mandato anterior, desejava dizer que algumas das intervenções que hoje se fizeram sobre o assunto, nomeadamente pelo PS, eram inacreditáveis. -----

----- Inacreditáveis já não dizia do ponto de vista do jogo político, como ali foi citado há pouco, mas inacreditáveis do ponto de vista da credibilidade de todos. Dizia-o com mágoa porque, infelizmente, o órgão Assembleia Municipal era pouco tido em conta pela população de Lisboa, e nalgumas circunstâncias ainda bem. E dizia ainda bem porque ninguém acreditava que responsáveis políticos, num passado próximo, tivessem assumido posições muito claras relativamente à matéria em discussão, e pouco tempo depois, porque as circunstâncias políticas mudaram e porque não lhes convinha, viessem agora pôr em causa aquilo que eles próprios defenderam e votaram, no fundo aquilo a que se comprometeram ainda há bem pouco tempo atrás. -----

----- E não colhia o argumento de que essas coisas foram feitas nos gabinetes! Se essas coisas eram de facto feitas nos gabinetes os anteriores responsáveis não sabiam bem o que andavam a fazer, o que era uma constatação grave apesar de, felizmente, a população de Lisboa já ter emendado a mão, e era bom que se assumisse que no passado as coisas eram muitas vezes feitas nos gabinetes sem conhecimento das circunstâncias do terreno. Mas era também grave quando o anterior Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, que também se comprometera com essa solução, se calhar ficasse na sede da Junta e não ia ao terreno. -----

----- Era isso que a oposição estava a dizer? Era isso que afinal foi um grande equívoco, uma gestão dominada e comandada pelos burocratas dos gabinetes em que o papel dos responsáveis políticos era apenas “papel de embrulho”? Não acreditava, não queria crer, mas, se assim era, ainda bem que os lisboetas, por vezes, andavam pouco atentos ao papel da Assembleia Municipal. -----

----- É que, de facto, era a posição de todos que estava em causa quando ali, com toda a desfaçatez, se afirmava que se assumiam os erros, que as coisas foram feitas nos gabinetes, que afinal ninguém tinha culpa nenhuma. Seriam os serviços da Câmara que tinham a culpa dos erros que a maioria de então repetidas vezes assumira e com que se comprometeram em diversas decisões e deliberações, como foi o caso deste parque de estacionamento, e agora vinham dizer o contrário porque não lhes convinha, porque existia um grupo de moradores, com certeza com legitimidade, não era isso que estava em causa, a manifestar as suas preocupações, mas que eram exactamente as mesmas preocupações que há anos atrás ali ouviram e defenderam. -----

----- Na altura tiveram perante essas preocupações uma posição, e agora, porque lhes convinha, iam atrás de qualquer oportunidade política de poderem ser simpáticos, e aqui e acolá punham em causa as decisões que eles próprios tomaram. -----

----- Era contra isso que se manifestava, era perante esse cenário triste que tinha que se colocar. -----

----- A terminar, disse que para que ficasse claro e não se baralhassem as coisas, era preciso referir que esta era uma proposta que tinha anos de discussão e de decisões sobre a qual, portanto, houve oportunidade, em diversos momentos, para os responsáveis políticos de então se pronunciarem, enquanto que a proposta que vinha a seguir era uma proposta recente, mas sobre essa já falaria. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, depois de referir que muita surpresa lhe causara o que foi dito pelo orador anterior, disse que ele próprio teve o cuidado de fazer uma intervenção onde referiu em que medida podiam assumir alguns dos erros ou decisões, que poderiam não ter sido as melhores, da anterior gestão. Mas também foi ali referido que houve já a constatação de que a situação não deveria avançar. -----

----- E o que lhe parecia grave era que o Deputado Municipal António Prôa, depois de todos esses avisos, depois de tanta celeuma na comunicação social que já se arrastava há meses, continuar exactamente a cometer o mesmo erro. Era contra isso que estavam, porque estavam a defender os interesses da cidade e a reabilitação daquela zona, para a qual entendiam que a solução alternativa era a melhor. Que não fizesse agora o papel de vítima, como o Sr. Presidente da Câmara fez dizendo que agora era a oposição que estava a assumir a responsabilidade. -----

----- Portanto, a maioria, sabendo já os problemas que existiam, reincidia e vinham-lhes apresentar essa proposta! -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que lamentava que não tivesse sido dado o esclarecimento que de algum modo fez para tentar justificar – sabia que era difícil – o que o Deputado Municipal Feliciano David ainda agora referira de que há meses esta questão era debatida. Mas permitia-se corrigir o tempo em que esta questão era debatida na comunicação social porque, de facto, era há anos, nomeadamente nos anos em que o Deputado Municipal Feliciano David fazia parte da coligação que governava a Câmara. -----

----- Agora o Deputado Municipal Feliciano David vinha dizer, finalmente, após anos, anos e não meses, que descobriram que estavam errados, mas tinha que lhe dizer que havia limites para a solução dos erros, e havia erros que eram tão crassos que eram mais do que erros, e pedia que lhe permitisse que não dissesse o que eram esses erros clamorosos que eram mais do que erros. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que ao contrário do que disse o Deputado Municipal António Prôa não era a oposição que estava a colocar esta questão em causa, quem estava a pôr isso em causa eram os moradores. Esses sim é que estavam a pôr em causa a questão do parque. -----

----- Propunha que todos os Deputados Municipais que tivessem dúvidas em relação às questões que estavam ali a colocar quanto à construção do parque na praceta da Rua José Lins do Rego visitassem o local, porque verificariam que se tratava de uma praceta com duas árvores, um jardim pequeno e apenas uma entrada, onde, segundo os moradores, tendo em conta que era uma quinta onde existiam áreas submersas a construção do parque chagava a um metro dos prédios pondo até em causa a segurança dos mesmos. -----

----- Não estavam contra a construção do parque, mas sim contra a sua construção naquela praceta. Se por acaso a Câmara mandasse fazer o levantamento da área encontraria espaços mais que suficientes para construir em silo, em subterrâneo ou à superfície. Enfim, para tudo isso havia condições naquele bairro. -----

----- Portanto, o que era importante era que se deslocassem ao local, sem qualquer ideia fixa de que tinham que construir na praceta mas com a ideia aberta de encontrar soluções para a resolução desse problema. -----

----- Por outro lado, também já li foi referido que perto da praceta havia um espaço liberto com mais de um hectare, que era terreno municipal onde existiam barracas. O Deputado Municipal Pessoa e Costa disse que não existiam, mas elas efectivamente estavam lá. Se visitasse o local verificaria que estavam lá muitas barracas para garagens, galinheiros, etc., e se esse espaço fosse devidamente limpo poderia ser construída uma área verde com equipamentos para ocupação de tempos livres dos idosos, das crianças. Para tudo isso esse logradouro tinha condições, incluindo o parque de estacionamento. -----

----- Nem sequer estavam a dizer que iam votar contra a proposta, o que estavam a dizer era que ela deveria ser analisada em profundidade para ver se conseguiam encontrar uma solução, que não esta, que pudesse ir ao encontro dos interesses dos moradores da praceta da Rua José Lins do Rego. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que já não era de hoje, já era de há cinco séculos, que os chamados cristãos novos eram os mais furiosos atacantes depois dos outros, e o que estavam hoje a ver ali, de facto, era que os cristãos novos, aqueles que se converteram agora às maravilhas de um novo parque de estacionamento, atacavam os outros que, coitados, não tiveram culpa nenhuma disso. -----

----- Portanto, para acabar com esse espectáculo deprimente, sugeria que o Sr. Presidente pusesse à votação a proposta de baixa à Comissão. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que havia duas maneiras de resolver o problema: democraticamente dando a palavra a quem se inscrevia, ou então algum Deputado Municipal apresentar um requerimento para se passar à votação. E, como não tinha nenhum requerimento, o debate teria que prosseguir. -----

----- **O Deputado Municipal Pessoa e Costa (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que apenas queria fazer uma precisão relativamente à intervenção da Deputada Municipal Luísa Sabino, por quem também nutria a mesma consideração. -----

----- De facto, das reuniões da Comissão tinha que haver uma acta no final de cada reunião e que os vencidos também a assinassem, porque quando faziam coisas de braço no ar dava o que dava. -----

----- Portanto, também concordava que se fizesse uma acta e que cada um votasse como entendesse. Agora, retirar daí ilações que não eram devidas, teriam que ter algum cuidado. -----

----- Relativamente ao que foi dito pelo Deputado Municipal Joaquim Cunha, disse que efectivamente conhecia bem a zona, mas se calhar o aludido Deputado Municipal deveria estar a confundir o lago do Campo Grande com a Freguesia do Campo Grande, porque a zona da praceta da Rua José Lins do Rego não tinha água, e tanto não tinha que estavam lá os prédios construídos, mas mesmo que tivesse também se podia lá fazer o parque de estacionamento. De facto, não havia ali água nenhuma, era um local que, do seu ponto de vista, – e referira isso ontem na reunião da Comissão – servia perfeitamente para um parque de estacionamento. -----

----- Deviam, eventualmente, ser ouvidas – e ontem não o foram – as outras entidades como a Junta de Freguesia do Campo Grande e a Associação dos compradores do parque. -----

----- Por fim, disse que achava que não havia lá garagens clandestinas ou o que quer que fosse. Poderia haver lá um pombal num quintal ou outra coisa qualquer, mas teria muito gosto em, quando quisessem, irem lá para verificar *in loco*. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões que foram colocadas, começou por dizer que hoje tinham uma primeira fila diferente do PS e compreendiam porquê, tinham uns porta-vozes diferentes. Por coincidência, e acreditava que houvesse motivos de força maior, mas era a primeira reunião da Assembleia Municipal em que os dois líderes costumeiros da bancada não estavam. Diria que era um conforto mínimo para quem pensava sobre a condição humana. É que, de facto, não estivessem ali a dizer aquilo que, enfim, nem queria imaginar o quê. -----

----- Mas desejava sublinhar dois pontos, nomeadamente ao Grupo Municipal do PSD: não havia uma Associação de Moradores e outra de compradores! Havia uma Associação de Moradores e depois havia também uma Comissão de Moradores que tinha também uma opinião legitimamente. -----

----- Portanto, quando perguntavam se tinha recebido as associações, essa comissão, as associações foram recebidas na Câmara pelo anterior Vice-Presidente, por um

assessor do seu Gabinete, o Dr. Remédio Pires, tendo transmitido as suas posições, que foram ouvidas. -----

----- Achava graça quando questionavam se tinha ido visitar o local porque havia locais que não precisavam de visitar, as pessoas eram de Lisboa. Até aos seus 25 anos passara sempre ali: Av. de Roma, Liceu Padre António Vieira, o cinema Alvalade, muitos amigos seus que tinha ali, não precisava. O Primeiro-Ministro até morava ali ao pé, ia lá várias vezes, todos andavam por ali. E lá atrás também iam e conheciam as garagens, conheciam isso tudo, inclusive um depósito da Câmara que lá havia para os calceteiros. -----

----- Portanto, com 50 anos achava extraordinário que lhe dissessem que fosse visitar Lisboa! Mas visitar o quê? Quando estava na Câmara Municipal da Figueira da Foz ainda aceitava que lhe dissessem isso, agora em Lisboa, não. E a propósito do que disse o Deputado Municipal Pessoa e Costa, quem conhecia bem a zona sabia que havia muitos cafés ali e um dos cafés onde paravam todos era o Biarritz, ou então os Bons Amigos, na Av. da Igreja, comer o bitoque ou os outros pratos, portanto conheciam aquele sítio, como outros, como as palmas das mãos. Não precisava de comissões ou de associações para lhe ensinarem o que era Lisboa, embora, naturalmente, pudessem ter opiniões diferentes. -----

----- Aliás, não costumava dizer isso dos seus antecessores, mas o Vereador Pedro Pinto queria ir ali dizer, e pedira-lhe para o citar, que já conheciam os projectos que o anterior Presidente da Câmara não conhecia, depois havia ou outros projectos que só ele conhecia e que os outros Vereadores não conheciam, por exemplo os estádios e outros mais de que ninguém fazia ideia, e agora havia os projectos que todos conheciam mas que ele tinha dito que não eram para valer, só que ninguém o ouviu dizer que não eram para valer mas que acabaram por valer. Isso devia ser uma gestão extraordinária! -----

----- Havia uns que não contavam, só sabiam os Vereadores e outros que só sabia o Presidente. Sabia que havia lá um Vereador especial no meio, havia vários, mas era especial porque era um que ninguém via, o Eng^o Machado Rodrigues, mas que tinha obra. Pessoalmente tinha ido lá uma vez falar com ele como Presidente de um clube de futebol, ele sabia de tudo na ponta da língua no que dizia respeito ao estacionamento e espaço público, isso reconhecia. Mas não foi só ele, depois havia também um Vereador do Património. -----

----- Quanto ao facto de haver um jardim na praceta perguntou se por isso era mau fazer lá um parque de estacionamento, porque tinha consigo a proposta da Câmara, assinada pelo Dr. João Soares, onde se referia que tinha sido votada por unanimidade e onde se dizia: “considerando que nos termos e para os efeitos da proposta referida, os legítimos interessados constituíram uma associação, sem fins lucrativos, denominada Associação do Parque Residencial da Rua José Lins do Rego ...”. Portanto a proposta foi aprovada na Câmara, e depois na Assembleia Municipal, por unanimidade, e não lhe passava pela cabeça que tivessem votado a proposta sem conhecer. Já não dizia na Assembleia Municipal, agora, na Câmara?! E de repente mudou, diziam que apareceu aquela comissão quando essa comissão já existia, já

existia contestação, e por isso é que um dos subscritores da escritura, diziam as crónicas, não foi por excesso de confiança de que se iam ganhar as eleições mas sim um bocadinho de receio de que a vitória não cantasse, que foi ao gabinete de um Vereador e disseram-lhe: “olhe que isto está mau, está a haver contestação é melhor isto ficar para depois das eleições, eu depois dou-lhe o alvará”. Era o gabinete do tal Vereador que era pouco visto, mas que alguns viam! Um dos que assinara essa escritura! -----

----- Por isso, não foi uma questão de excesso de confiança ou essa conversa toda: o que mudou foi que de tudo o que a Câmara fazia havia umas coisas que eram péssimas, outras más, outras medíocres e outras sofríveis, porque a partir de suficiente menos, até menos bom ou bom, eram todas positivas. Mas das duas uma: agora é que não, ou aí é que não! Portanto, havia umas coisas em relação às quais se votava contra, porque as outras até eram boas! “Um parque de estacionamento ali? Está bem, nós tínhamos pensado fazer naquele sítio! Mas nós já não estamos no poder, agora, se não se importa, parque sim, mas não ali.” -----

----- Outros exemplos: “O casino? Até nem é mau! O PS até nem se opõe, mas ali não! O túnel. Até nem é mau! Mas até à Av. Fontes Pereira de Melo não, era melhor só até ao Marquês!” Enfim, era tudo! Não havia nada que fosse bom no sítio. -----

----- Mas já sabiam que era assim! Até já disse aos Vereadores que não havia nenhuma proposta de obra que hoje em dia fosse presente à Assembleia Municipal que não corresse o risco de baixar à Comissão daqui até ao final do mandato. Isso estava no B-A-BA da política, linha três, mas já se sabia “de uma certa política”. Esta já se sabia que baixava à Comissão de certeza, já tinha avisado que a proposta vinha à Assembleia, claro, mas que baixava, baixava! -----

----- E quando o Deputado Municipal Feliciano David lhe perguntava porque não tinha recebido os moradores, perguntava, por seu lado, porque não ouviram agora a Associação dos 98 moradores! Ontem, por exemplo! Não se estava a referir ao Sr. Presidente da Assembleia, com cuja agenda não tinha nada a ver, mas sim à Comissão. É que os moradores não eram só esses! Porque a si custava-lhe a crer que o Vereador Fontão de Carvalho, que tinha fortíssimas preocupações sociais como era conhecido, e o Vereador Machado Rodrigues, que também tinha, tivessem deixado entrar na Associação do parque residencial tubarões capitalistas! Eram com certeza moradores! E chamava a atenção que esta proposta contemplava uma permuta com uma empresa, que ainda não viu quem era, para construir um prédio, nos Olivais, com dois andares para um centro cívico habitacional. Se calhar o Vereador Vasco Franco nem se lembrava disso se não já tinha agitado o PS de outra maneira, como, se calhar, o Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, Deputado Municipal Rosa do Egipto, também não se lembrava. -----

----- Quando leu isso tudo disse para consigo: “eles até às vezes arranjavam boas soluções, eram engenhosos, um parque para os moradores, associação de moradores, movimentos de bases, um centro cívico com uma empresa a construir, enfim, uma proposta verdadeiramente socialista”. Só que, afinal, estava tudo errado! Se calhar o defeito era seu, não conseguia compreender isso. -----

----- A oposição podia mudar de opinião, como disseram também em relação à proposta anterior a Câmara propôs uma revogação, mas a dignidade e a humildade diziam que quando mudavam de opinião ou não conseguiam fazer o que se propuseram eram os próprios que diziam “nós tínhamos pensado o mesmo, mas não conseguimos”. Era assim que fazia quando chegava ali e dizia que fazia uma proposta de mudança porque não tinha sido capaz, não tinha conseguido, havia outro caminho. -

----- Se o PS tivesse ido ao bairro, no passado domingo, e dissesse aos jornalistas, como também ele próprio já disse e portanto vários tinham obrigação de saber porque acompanhavam os trabalhos da Câmara, “nós mudamos, fizemos isto, mas olhe aquele Presidente da Câmara e aqueles Vereadores, de facto muitas vezes não acertavam uma e, portanto, o PS errou, bate com a mão no peito e pede desculpa”. Se tivessem feito isso ele não teria dito o que disse! Mas o que veio dito foi: “este Presidente da Câmara que saía do gabinete e vá ver aos sítios, para não andar a tomar decisões como estas, inconscientes, irreflectidas”. Isto foi dito pelo líder do Grupo Municipal do PS! -----

----- Este não era o seu mundo, não era a sua política, não era a vida que gostava, não era com atitudes assim que queria viver. Não estava enervado, estava um pouco saturado, isso sim, de atitudes como essas. -----

----- Não foi com essa política que sonhei, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Sr. Presidente da Câmara parecia querer confundi-los quando dizia que estava tudo mudado. Mas o que é que estava mudado? Os fundamentos da proposta supunha que se mantinham, ninguém disse que eles não se deveriam manter. O que estava em causa era uma simples mudança de local para umas dezenas de metros daquele que onde estava previsto o parque. Era isso que estava em causa, porque tudo o resto poderia, eventualmente, manter-se. -----

----- Agora o Sr. Presidente da Câmara vinha dizer que estava saturado e fez o papel de vítima, quando, pelo menos aparentemente, era ele que não tinha capacidade de diálogo para, face às observações que lhe faziam, encontrar a melhor solução que todos queriam. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, começou por dizer que, desta vez, a questão nem sequer era com o Deputado Municipal Feliciano David nem com o seu Grupo Municipal. Não tinha gosto nenhum que fosse o PS, o PCP, ou quem quer que fosse, porque se o seu partido tivesse o mesmo comportamento diria a mesma coisa. Às vezes, em política, era preciso dizer que erraram. Ainda há dias, na reunião de Câmara, disse que errou no processo do Parque Mayer, a condição humana estava à frente da condição política, não conseguia separar as duas. -----

----- Portanto, não tinha gosto nenhum nisto, mas não era falta de diálogo. Se calhar era limite, não conseguia entender! Agora, havia uma conclusão política: esta proposta, não sendo aprovada, a que estava em vigor era a outra que a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, incluindo o Deputado Municipal Feliciano David, para construir no tal sítio. -----

----- Por isso, das duas uma: ou executavam essa ou então os outros 98 moradores ficavam a saber que não havia parque, depois dirimiam as questões, porque houve uma comissão que conseguiu convencer a maioria dos Deputados Municipais a votar contra aquilo que tinham aprovado antes. -----

----- Mas o resultado não podia deixar de dizer que era esse. -----

----- Aliás, a seguir, estava uma proposta para um parque da Av. da Igreja, numa freguesia cuja Junta até era do seu partido, e também não entendia que viesse agora a Assembleia de Freguesia dizer que ali no Largo Feitor Pinto não, que era melhor ser na Av. da Igreja, ou no mercado, enfim. Defendia o associativismo de moradores e que escolhessem, que se entendessem porque haveria de chegar uma altura em que teriam que se decidir. Agora, era uma grande diferença entre este e o outro caso, porque neste não houve votações, era uma proposta e era a primeira vez que havia uma reacção. -----

----- Portanto, se não queriam que não quisessem. À Câmara competia-lhe defender os interesses de Lisboa e todos os moradores, obviamente, faziam parte do interesse de Lisboa. Agora, quando não se entendiam o que era que queriam que fizesse? Partia do princípio que não se entendiam por boas razões, via no público vários moradores que iam batendo palmas e tomando notas do que se dizia para depois contarem aos outros moradores que estavam contra a construção do parque, como também era natural que alguns igualmente estivessem a tomar notas para depois dizer aos que eram a favor. ---

----- Mas o resultado era que ficava em vigor a outra proposta, do Eng^o Machado Rodrigues e do Dr. Fontão de Carvalho. O que podia fazer era não executar a proposta, mas não executava, lá estava o paradoxo, uma deliberação da Assembleia Municipal aprovada por unanimidade. -----

----- Por isso só gostava que lhe dessem a chave da solução desse problema intrincado, porque, de resto, tinha capacidade de diálogo para tudo. -----

----- Referindo-se à questão da água, disse que água ali não, mas mesmo que houvesse desde que estivessem engenheiros lá e a fiscalização, os parques poderiam até ser feitos ao pé do rio que não haveria problemas. -----

----- Quanto ao argumento do parque ficar perto das casas, disse que, se o fizessem longe das casas à noite tinham o problema da segurança que era o que acontecia em muitas zonas de Lisboa. Ou os parques eram quase à porta das casas das pessoas, ou à noite os parques não tinham carros e eles estavam espalhados pela rua, porque as pessoas, por razões de esforço físico e de segurança, não queriam deixar os carros afastados. E os Espaços Verdes disseram que refaziam o jardim todo, árvores que acabaram o seu ciclo de vida! Isso estava na proposta. Portanto, ficavam com o parque de estacionamento à porta, ainda faziam mais um piso porque diziam que não chegava para todos e faziam um jardim novo por cima. -----

----- Não queriam, oh Santa Maria Madalena! -----

----- **O Senhor Presidente** disse votariam, em primeiro lugar, a proposta de baixa à Comissão de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, e se esta fosse rejeitada seria votada de seguida a proposta 113/2004, da Câmara. -----

----- Submeteu então à votação a aludida proposta, subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Face ao resultado desta votação a proposta 113/2004 baixou à Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação. -----

----- **PONTO 21 – PROPOSTA 114 – 2004 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO DA CÂMARA DA PARCELA DE TERRENO, SITA NA AV. DA IGREJA, DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO EM SUBSOLO COM O ÓNUS DE USO PÚBLICO À SUPERFÍCIE E CONSTITUIR A FAVOR DA BRAGA PARQUES – ESTACIONAMENTOS DE BRAGA, S.A. A CONSTRUÇÃO DO REFERIDO PARQUE, EM SUBSTITUIÇÃO DO PREVISTO PARA A ALA SUL DO MERCADO DE ALVALADE NORTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 E ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- **O Senhor Presidente** lembrou que tinha sido distribuída cópia dum ofício da Assembleia de Freguesia de São João de Brito, onde se pedia o adiamento da discussão e votação da proposta em causa para depois do dia 25 de Março, de forma a Assembleia Municipal poder conhecer a opinião da Assembleia de Freguesia onde a construção se pretendia realizar. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que, tal como já tinha referido no debate da proposta anterior, ia entregar na Mesa uma proposta para a proposta 114/2004 baixar à Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, e explicava porquê. -----

----- Disse, então, que estas duas propostas tinham génese diferente e, portanto, teriam que ser discutidas de modo diferente. -----

----- Desde logo a primeira diferença era que, ao contrário da outra proposta em que o parque era para estacionamento de residentes, nesta o parque não era só para residentes. -----

----- A segunda diferença, como aliás vinha escrito nos considerandos, era que esta era uma proposta que não tinha história, ou seja, que tem uma história recente. Com isto queria dizer que ela resultava da alteração a uma proposta inicial, essa sim que vinha do mandato anterior da Câmara, para a construção de um parque de estacionamento, por debaixo do actual parque à superfície, no mercado de Alvalade Norte, mudando para toda a extensão da Av. da Igreja. -----

----- Era, portanto, uma proposta recentemente aprovada em Câmara, como já foi referido o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de São João de Brito informou que foi convocada uma reunião da Assembleia de Freguesia para discutir essa questão, onde, segundo lhes disse, estaria também presente um representante da Câmara a fim de prestar esclarecimentos sobre a proposta, existia uma opinião favorável da Junta de Freguesia e, pessoalmente, também entendia que a solução encontrada em termos de mudança de localização era uma boa ideia porque ia na linha

de permitir que muitos dos seus utilizadores/moradores pudessem ficar com o parque mais próximo das suas habitações, e também servir, de modo mais eficaz, uma zona de comércio intenso e importante que estava carente de estacionamento como era o caso da Av. da Igreja, e tinha ainda a vantagem de se afastar do local do parque de estacionamento de residentes, que estava previsto há vários anos, o chamado Parque José Duro. -----

----- Portanto, o que estava em causa era tão somente respeitar uma manifestação de interesse em conhecer melhor o projecto por parte de comerciantes, de moradores e da própria Assembleia de Freguesia. Havia pormenores que suscitaram dúvidas, nomeadamente no que dizia respeito a acessos para peões e automóveis e nalguns casos a segurança das habitações. Eram esses pormenores que careciam ser esclarecidos, tão só isso, e daí ter ousado apresentar uma proposta no sentido da proposta 114/2004 baixar à Comissão de Urbanismo, para que ela, num prazo de 15 dias, desse o respectivo Parecer, e também após o esclarecimento e pronunciamento na Assembleia de Freguesia, pudessem estar em condições de aprovar de modo mais conhecedor e consciente essa proposta. -----

----- Entregou na Mesa a seguinte proposta: -----

----- PROPOSTA -----

----- “Tendo em conta que está agendada para a reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, a realizar no dia 23 de Março de 2004, a discussão e votação da proposta 114/2004 sobre a construção de um parque de estacionamento na Av. da Igreja. -----

----- Considerando as dúvidas suscitadas por comerciantes e moradores sobre o projecto em questão; -----

----- Considerando o interesse manifestado pela Assembleia de Freguesia de São João de Brito em obter esclarecimentos, tendo inclusivamente já marcada a realização de uma reunião expressamente para o efeito, para a qual está prevista a presença de um representante da Câmara Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida hoje, dia 23 de Março de 2004, delibera: -----

----- - Que a proposta 114/2004 não seja objecto de deliberação na reunião de hoje e que seja remetida à Comissão de Urbanismo, Rede Viária e Circulação da AML, a fim de que esta se pronuncie, no prazo de 15 dias, considerando as preocupações já suscitadas.” -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, submeteu à votação a aludida proposta, subscrita pelo Deputado Municipal António Prôa, do PSD, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Face ao resultado desta votação a proposta 114/2004, da Câmara, baixou à Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação. -----

----- **PONTO 22 – PROPOSTA 115/2004 – APROVAR O REGULAMENTO ESPECÍFICO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE STª CATARINA/BICA (043) E AINDA A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ZONA 032 – SÃO PAULO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) E E) DO N° 2 DO ART° 53° DA LEI**

169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 115/2004 -----

----- “Considerando que, -----

----- - O Bairro da Bica e a zona do Miradouro de Santa Catarina, enquanto zona histórica, caracterizam-se por uma reduzida dimensão dos quarteirões, bem como por um elevado índice de ocupação do solo, o que determina uma rede viária muito estreita, caracterizada por pequenas vias de traçado irregular e sinuoso que se compõem em muitos casos de becos, factores que propiciam o estacionamento desordenado; -----

----- - Este circunstancialismo, conjugado com o estacionamento anárquico e caótico impede a acessibilidade de veículos de socorro em caso de sinistro (incêndios, sismos, inundações, etc.) e o acesso a bocas de incêndio; -----

----- - As edificações, antigas e degradadas, possuem fraco índice de protecção relativamente a incêndios e sismos e a população residente, envelhecida, é mais um factor que contribui para a alta perigosidade em caso de acidente; -----

----- - Para além de estar em causa a segurança de pessoas e bens, dos residentes e, igualmente, dos visitantes, está prejudicado o ambiente (poluição) e a qualidade de vida; -----

----- - Sendo este um Bairro com um volume significativo de passagem de turistas, relevando-se o Miradouro de Santa Catarina e Elevador da Bica, e pela desorganização actual no seu envolvente; -----

----- - A resolução destes problemas e a salvaguarda dos interesses e direitos fundamentais atrás referidos, passa pelo condicionamento do estacionamento na zona em causa e pela consequente redução da circulação automóvel; -----

----- - Foram consultadas neste processo as Juntas de Freguesia de São Paulo e Santa Catarina, bem como a Polícia Municipal, a Direcção Municipal de Protecção Civil, Segurança e Tráfego, o Regimento de Sapadores Bombeiros e o Serviço Municipal de Protecção Civil; -----

----- - Foram ainda realizadas várias reuniões com comerciantes e residentes das Freguesias de São Paulo e Santa Catarina; -----

----- - De acordo com os Estatutos da EMEL, esta empresa pública municipal está vocacionada para gestão do estacionamento público urbano da cidade de Lisboa; -----

----- - Outras medidas não lograram obter o êxito desejado, devido sobretudo a actos de vandalismo e reiteradas infracções à sinalização, a que um eventual reforço da fiscalização não consegue responder; -----

----- - Foi neste contexto que foi elaborado o Regulamento específico da Zona de Estacionamento de Duração Limitada de Santa Catarina e Bica. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos e para os efeitos das alíneas u) do n.º 1, a) do n.º 6 e a) do n.º 7 do artigo 64º e das alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro: -----

----- Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento Específico da Zona de Estacionamento de Duração Limitada de Santa Catarina e Bica

(Zona 043 – Santa Catarina e Bica), e ainda a alteração do Regulamento Específico da Zona de Estacionamento de Duração Limitada de São Paulo (Zona 032 – São Paulo).”

----- (Os anexos e o regulamento específico a que se refere a presente proposta, ficam arquivados, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Senhor Presidente** informou que ontem mesmo, com a presença da Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, receberam a Direcção da Associação Nacional de Farmácias, na Assembleia Municipal, e foi decidido, também por unanimidade – esperava que não o contradissem – que esta proposta baixaria a essa Comissão. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, começou por dizer que quando a Comissão recebia um pedido de audiência, fosse de quem fosse, podia ser a Direcção de uma poderosa e prestigiada organização, mas também podia ser um motorista de táxi ou um pai que estava preocupado com a segurança dos seus filhos, recebia-os e não lhes pedia o cartão nem a escritura, nem perguntava se havia outros interessados no mesmo assunto, portanto recebia-os com isenção. -----

----- E foi assim que receberam a Associação Nacional de Farmácias, que lhes expôs algumas preocupações sobre alguns desajustamentos que parecia haver entre o regulamento que hoje estavam a discutir e o funcionamento da sua organização. -----

----- Fazendo uma breve história das obras que essa Associação fez no Bairro Alto, disse que se mostrou uma Associação consciente, amante de Lisboa, por ter cumprido exactamente aquilo que a Câmara exigia no que dizia respeito à conservação do património e à feitura de estacionamento para os seus utentes. -----

----- Efectivamente, o edifício da Associação era, neste momento, um exemplo que se podia apresentar de recuperação do património. Satisfazia as questões funcionais da Associação, era um contributo para a beleza da cidade, era um suporte de arte pública, sobretudo da azulejaria moderna, que construiu, que pôs no seu edifício, mas essa Associação referiu-lhes que seria desajustada ou ferida no seu funcionamento por este regulamento. -----

----- De facto, a Associação possuía um museu, que pessoalmente recomendava que visitassem, que no ano passado foi visitado por 10.000 utentes, tinha auditórios para cursos, tinha uma acção no campo da divulgação científica meritória, e representava também uma obra de extraordinária engenharia, por ter sido construído sobre um edifício existente um parque de estacionamento para cerca de 150 utentes. -----

----- Neste momento a Associação estava numa situação que diria quase dramática, no sentido teatral do termo, pois tendo esse parque de estacionamento o acesso ao mesmo era restrito. Mas a demanda que a Associação provocava era diversificada e aleatória, porque vinham pessoas de todo o País, segundo os informaram, e, por outro lado, os cursos também tinham uma procura que poderia levar, por exemplo, a que a sala estivesse cheia à noite mas que nenhum dos intervenientes no curso tivesse credencial para entrar e, assim, o parque de estacionamento estivesse vazio. -----

----- Portanto, havia ali alguns absurdos, e parecia-lhe que esse caso podia ser um caso de estudo. Saber como era que dentro da acção meritória que a Câmara tem levado a

feito em termos de regulamentar e disciplinar o trânsito nos bairros históricos, existiam equipamentos cujo funcionamento, em termos de oferta de estacionamento, diferia um pouco do da habitação. -----

----- E, estudando o assunto, parecia à Comissão que os regulamentos que se seguissem deveriam ter em conta esse tipo de equipamentos. Havia um caso semelhante no Bairro Alto, que era o Hospital de São Luís, que tinha uma demanda semelhante à Associação, mas que se encontrava fora da área de estacionamento condicionado. -----

----- Parecia-lhes prudente, por isso, que antes de aprovarem este regulamento se visse este caso como um caso de estudo e que se pudesse, eventualmente, satisfazer os problemas que a Associação colocara perante a Comissão. -----

----- Na reunião que ontem tiveram, e pensava que não seria desmentido, foi entendido que a Comissão se ocuparia deste problema ouvindo a EMEL, a Câmara, a Associação, a Junta de Freguesia, etc., e que num prazo muito breve traria o resultado desse estudo à Assembleia. Tratava-se, portanto, de mais uma tarefa para a Comissão, mas como Presidente, e julgava fazer de porta-voz do outros membros, aceitariam isso com muito orgulho. -----

----- Disse, ainda, que não procurava tornar mais tensa esta reunião da Assembleia. Era com muita mágoa que o dizia porque estava ligado à Assembleia há quase 30 anos e nunca viu tanta tensão, diria quase tanto ódio, nas intervenções que ali se deram. Lamentava isso profundamente, e lamentava também que o Sr. Presidente da Câmara dissesse que se corria o risco do assunto ir para a Comissão, porque isso era uma injustiça! Todos, na Comissão, tinham mostrado um grande amor pela cidade, mostraram e continuariam a mostrar, não era, pois, um risco tentar resolver os problemas da cidade e tentar fazer justiça. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que estava já distribuída uma recomendação, apresentada pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, com o seguinte teor: --

----- RECOMENDAÇÃO -----

----- “Considerando: -----

----- 1 - Que a Proposta N.º 115/2004 relativa ao Regulamento Específico da Zona do estacionamento de Duração Limitada de Santos, Catarina e Bica, bem como a alteração introduzida no Regulamento Específico da Zona de Estacionamento de Duração Limitada de São Paulo, se for aprovada com a actual redacção poderá vir a causar graves prejuízos à actividade da Associação Nacional das Farmácias, sediada na Rua Marechal Saldanha; -----

----- 2 - Que esta Associação tem características específicas que devem ser tidas em conta, nomeadamente: -----

----- - Dispõe de um Museu da Farmácia, de nível mundial, que é visitado anualmente por cerca de dez mil visitantes; -----

----- - Nele trabalham cerca de trezentos trabalhadores, dos quais cerca de metade exerce funções regularmente fora da Sede; -----

----- - Dispõe de várias salas de conferência e um auditório com capacidade para duzentas e cinquenta pessoas; -----

----- - Prossegue actividades sociais, designadamente programas de saúde, de apoio à toxicod dependência, de controlo de diabetes Mellitus e a Plataforma ANF/Utentes de Saúde; -----

----- - Desenvolve acções de formação na área da saúde; -----

----- 3 - Que esta Associação dispõe de um parque de estacionamento subterrâneo com capacidade para cento e vinte lugares no qual passaram em 2003 cerca de três mil e oitocentas viaturas; -----

----- Que o sistema proposto de distribuição de identificadores não se ajusta à situação porque não é conhecida antecipadamente a identificação de muitas viaturas que entram no referido parque. -----

----- O Grupo do Partido Comunista Português da Assembleia Municipal de Lisboa recomenda: -----

----- Que a questão seja objecto de estudo por parte da EMEL com vista a encontrar-se uma situação que possa minimizar os prejuízos que eventualmente venham a advir, com este Regulamento, para a actividade da Associação Nacional de Farmácias, sem pôr em causa os seus objectivos devendo, para o efeito ser ouvida a Associação Nacional de Farmácias.” -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, disse que falava numa situação dupla porquanto o seu colega e camarada, Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo, por razões de saúde de um familiar teve que sair e pediu-lhe que também em nome dele interviesse sobre esta proposta, na medida em que não podia estar presente. -----

----- E queria dizer que antes da tomada de decisão, quer pelas Juntas de Freguesia de São Paulo e Santa Catarina, quer pela Junta da Encarnação já que ela própria havia participado nalguns dos debates que tinham a ver com o condicionamento do trânsito e que incluía uma parte da sua freguesia, as reuniões foram convocadas para moradores, comerciantes e todas as organizações. -----

----- Estranhava, portanto, que a Associação Nacional de Farmácias, que não esteve presente em nenhuma das reuniões e poderia ter estado, viesse depois à Assembleia Municipal colocar a questão. Mas pensava que o fez, dizia-o com toda a frontalidade, de forma enviesada pois deveria ter ido primeiro às reuniões públicas, que foram públicas e várias, e lá defender os seus interesses e junto das Juntas de Freguesia fazer vingar os seus pontos de vista. -----

----- Pessoalmente não queria acreditar que a Associação Nacional de Farmácias não tinha ido às reuniões convocadas pelas Juntas de Freguesia e veio depois à Assembleia por considerar que as Juntas eram um poder local de segunda ou de terceira qualidade. Sabia que a Associação Nacional de Farmácias era uma organização com um poder grande no País, mas teria que reconhecer também que ir junto da entidade local onde estava integrada, seria bom para ela como para os próprios moradores, para conhecerem melhor o que se passava na Associação Nacional de Farmácias, instituição que situada na Rua Marechal Saldanha, na área da Bica, junto do Miradouro de Santa Catarina, e não no Bairro Alto. -----

----- E o Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo defendia que o trânsito devia ser condicionado, aliás já o defendia quando foi condicionado no Bairro Alto, por quatro ordens de razões: pela qualidade de vida, pela diminuição da poluição sonora e ambiental, pela segurança dos moradores, e pelo direito das pessoas face ao automóvel, e, ainda, pelos compromissos assumidos perante a população que o elegera. -----

----- Mas desejava também dizer, agora em seu nome pessoal, que estava de acordo com o seu colega Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo, porquanto tudo foi discutido com os moradores e comerciantes, houve pontos de vista diferentes, houve até assembleias bastante participadas, e não punham em causa que a ANF entrasse em diálogo e em negociação com a Câmara e com a EMEL, mas, independentemente da EMEL entrar em negociações, e podia até utilizar a Comissão de Urbanismo, que já recebera a ANF, como mediadora da negociação se tal fosse necessário, queriam que não se atrasasse a votação desta proposta, já que ela era importante para os moradores e para os comerciantes da Freguesia de São Paulo, como era também importante para todas as pessoas que iam ao miradouro. Só quem não conhecia bem aquele miradouro e o que lá se passava com o trânsito, poderia pôr em causa o encerramento do trânsito naquele local. -----

----- Percebiam que se procurasse encontrar uma solução para a ANF, que, segundo pensava, tinha no seu parque de estacionamento 150 lugares, para que as pessoas que na Associação trabalhavam, tal como os seus associados, tivessem possibilidade de utilizar esse parque de estacionamento. Mas tinham uma experiência negativa se o identificador não fosse colocado no vidro, porque, mesmo assim, havia fugas. E dava o exemplo do que ocorria na sua freguesia, onde foram atribuídos identificadores a comerciantes para o parque de estacionamento do Pátio do Bairro Alto, mas acontecia que entravam como se fossem para o parque de estacionamento, depois não entravam lá e iam ocupar os lugares dos moradores durante 10, 15, 24 ou 48 horas. -----

----- Portanto, era preciso um controlo, mas esse controlo deveria ser feito pela EMEL com a ANF, e, se fosse necessário, também com a intervenção da Comissão de Urbanismo e o Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo, para que a solução que se viesse a encontrar satisfizesse a ANF mas que não fosse algo de completamente diferente do que era para as outras organizações. Que a ANF pudesse responder às suas associadas e o trânsito fosse condicionado na Freguesia de São Paulo. -----

----- Por fim, depois de referir que as situações da ANF e do Hospital de São Luís eram diferentes em termos de tratamento, disse que aproveitava estar no uso da palavra para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que a bancada do PS tinha regras e faziam parte de um colectivo, colectivo esse que teve há pouco tempo eleições internas, portanto havia mudanças que só aos socialistas diziam respeito, e, portanto, só havia um líder de bancada que se chamava Dias Baptista. Foi esse que foi eleito, e o camarada Miguel Coelho era o líder da Comissão Política Concelhia de Lisboa, não era o líder da bancada. Não sabia que o Sr. Presidente tinha tantas saudades do Deputado Municipal Miguel Coelho, estava até na dúvida se seria dele ou de querer

saber como estava Taiwan, mas iria telefonar-lhe para que da próxima vez estivesse na Assembleia porque o Sr. Presidente da Câmara sentira muito a sua falta. -----

----- **O Senhor Presidente** chamou a atenção de que havia sido acordado em Conferência de Representantes esgotar hoje a Ordem de Trabalhos, pelo que dado o adiantado da hora pedia que tivessem em consideração essa questão para ver se terminavam os trabalhos por volta das 20:30 horas. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, depois de referir que iria ter em conta a recomendação do Sr. Presidente, disse que o PCP fez uma recomendação em relação a esta proposta, já várias vezes disseram que não estavam contra a decisão de regulamentar o acesso aos bairros históricos, que podia ser uma medida positiva, mas era preciso que isso fosse feito através de um diálogo total para que se resolvessem os problemas mais complexos, porque havia muitos problemas complexos. E o caso da Associação Nacional das Farmácias era típico, era um caso que talvez não tivesse sido bem considerado. -----

----- Portanto, o PCP não votaria contra a proposta porque entendia que era correcto regulamentar, mas parecia-lhes que, no futuro, para além da auscultação que foi feita a várias entidades, nomeadamente Juntas de Freguesia, seria de toda a conveniência que houvesse um debate público porque permitiria detectar situações que podiam ajudar a resolver antes da proposta ser colocada à Assembleia. -----

----- Disse, depois, que a Associação Nacional de Farmácias os informou que tinha pedido para ser recebida pela Câmara e não foi. Mas o PCP não era uma força de bloqueio, acreditavam na boa-fé da Câmara e entendiam que a recomendação que formularam era suficiente, acreditavam que a Câmara iria dialogar com a Associação Nacional de Farmácias porque se tratava de um problema grave para essa instituição e para os fins que ela prosseguia. -----

----- Nesse sentido, o PCP mantinha a sua recomendação acreditando que o Senhor Presidente da Câmara iria rever a matéria e tentar encontrar uma melhor solução. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que tendo em conta o pedido do Sr. Presidente, quase telegraficamente apenas pretendia dizer que corroboravam as questões que o Sr. Presidente da Comissão trouxe ao Plenário, e que este caso da Associação Nacional de Farmácias naquele sítio era um caso típico daquilo a que tecnicamente se costumava chamar as deseconomias da governação, ou seja, dentro do casco histórico havia empresas, entidades ou associações que tinham relevância, nomeadamente para a manutenção e a vivência daquelas áreas que podiam ficar confrontadas com situações que constroem e, portanto, que deveriam ser tidas em conta quando se avançava para uma política de condicionamento e regulamentação do trânsito naquelas áreas. -----

----- Portanto, nesse sentido, parecia-lhes que era de todo o interesse, não só para a clarificação dessa política, para a sustentação dessa política de condicionamento e de regulamentação do trânsito no casco histórico, que, de facto, fossem tidas em conta as preocupações das entidades, dos moradores, que com certeza tinham vindo a ser tomadas, como ali já foi referido, mas também este caso mais particular da Associação Nacional de Farmácias. -----

----- Por isso, apoiavam a recomendação do Sr. Presidente da Comissão relativamente a esta matéria, tornando claro que apoiavam a política de condicionamento e regulamentação do trânsito no centro da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o processo de consulta pública do alargamento do sistema de controlo e acesso a Santa Catarina e à Bica, como era designado, foi, à semelhança do que acontecera com o Bairro Alto e Alfama, dos processos mais participados, mais diversificados, longos e produtivos que nesta cidade se teriam praticado nos anos mais recentes. Foi aberta a porta a todos os residentes, comerciantes, entidades dos mais diversos tipos que moravam, trabalhavam e usufruíam essas zonas. Diria mesmo que foi um exemplo que de certo o BE adoraria implementar em termos de democracia participativa. -----

----- Disse, depois, que a Associação Nacional de Farmácias desprezara de uma forma total esse processo, e aí concordava a trezentos por cento com a Deputada Municipal Ana Sara Brito. Reclamava que tentara contactos com a Câmara, mas não era esse o processo que desde o tempo em que se encerrara o Bairro Alto estava instituído. Portanto era sabido que não era por aí que, mal ou bem, o processo de discussão deste sistema de controlo de acesso às zonas históricas passava. -----

----- E vinha agora a Associação Nacional de Farmácias, com uma enorme sobrançeria, pura e simplesmente “decidir” que a Rua Marechal Saldanha não podia ser fechada. Tudo bem, que fizessem o que quisessem, mas fechar a Rua Marechal Saldanha era para esquecer! Nem sequer teve a elegância de dizer que isso lhes colocava problemas, que não foram às reuniões, que eram pessoas muito ocupadas, mas que se procurasse encontrar, dentro do sistema, uma solução que permitisse conciliar os interesses. Tudo bem, seria uma posição que com certeza que a Câmara Municipal e a EMEL encarariam. Porque uma coisa era certa, exigir que a Rua Marechal Saldanha não tivesse qualquer limitação era matar esta proposta, portanto não valia a pena, não havia Comissão que a salvasse, era pura e simplesmente dizer que o encerramento da parte inferior, portanto a zona da Bica, deixava de existir porque a Rua Marechal Saldanha estava no meio, no coração do sistema. -----

----- Portanto que se dissesse que não podia funcionar assim, que não podia ser assim, mas então que se assumisse, pois não havia baixa a Comissão que salvasse esta questão. Sem a Rua Marechal Saldanha, este era o seu entendimento e provavelmente seria o dos técnicos que por isso não consideraram sequer essa hipótese, não havia este sistema. Seria outro, mas então seria preciso começar tudo de novo! Se era isso que se pretendia, então que se assumisse, não valia a pena baixar à Comissão e votava-se contra. -----

----- Disse, ainda, que não concordava com a baixa desta proposta à Comissão, porque a Comissão não tinha que se pronunciar sobre os aspectos técnicos. Não se podia pedir à Comissão que estudasse uma situação extremamente complexa de entradas e saídas ou onde deveriam ficar as portas e como era que deveriam ficar, com todos os problemas que tudo isso trazia. A Comissão não podia nem devia trabalhar esse tipo de coisas porque não era técnica, não era o Departamento de Tráfego da Câmara nem era os técnicos da EMEL. A Comissão tinha que zelar pelo cumprimento das regras

políticas, e, neste caso, sinceramente não via onde era que as regras de convivência política, de diálogo, de abertura à sociedade civil foram violadas. Portanto, na sua perspectiva, não encontrava qualquer trabalho útil para a Comissão, nesta matéria. ----

----- **A Vogal Maria Augusta Oliveira (PS)**, Presidente em substituição da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, disse que corroborando o que a Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação disse, e com a ressalva, naturalmente, sobre a Associação Nacional de Farmácias, que considerava pertinente, a Junta de Freguesia de Santa Catarina via com satisfação o presente regulamento específico da zona de estacionamento de Santa Catarina e Bica, desejando que ele contribuísse decisivamente para a melhoria das condições de vida dos moradores. -----

----- Precisavam de uma melhor acessibilidade dos veículos de socorro, que o estacionamento anárquico tivesse um fim e que a população da freguesia, maioritariamente idosa, pudesse circular com mais segurança. -----

----- Embora subsistissem alguns problemas, pensavam que o condicionamento era necessário e irreversível. -----

----- **O Deputado Municipal João Gordo Martins (PEV)**, no uso da palavra, disse que, por princípio, “Os Verdes” eram favoráveis ao condicionamento do trânsito nas zonas históricas da cidade, mas defendiam também que essas medidas tinham que ser tomadas ouvindo todas as partes intervenientes. -----

----- Quando a Associação Nacional de Farmácias entrou em contacto com o Grupo Municipal do PEV, não disse que a sua posição era contra o condicionamento, apenas ressaltou a sua perplexidade por não ter sido ouvida e por também ter um problema com o seu parque automóvel. -----

----- Portanto, consideravam que a posição da Associação Nacional de Farmácias deveria ser tida em conta, e devia ser ouvida pela Câmara Municipal ou, pelo menos, na Comissão de Urbanismo. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que havia ali uma confusão pois estava garantida a entrada dos veículos correspondentes à lotação do Parque da Associação Nacional de Farmácias, tal como ocorria noutras zonas onde o trânsito era condicionado. -----

----- O que haveria ali era uma fórmula de não utilização, segundo pensava, do identificador, e isso, quanto a si, e falava também pelo seu colega Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo, não deveria obstar a que o condicionamento avançasse. ----

----- Portanto, pedia que votassem a proposta pois a Associação Nacional de Farmácias teria oportunidade de entrar para o seu parque de estacionamento, tal como na Freguesia da Encarnação se se fechasse a Rua da Rosa, o Colégio de São Pedro de Alcântara que tinha uma zona de estacionamento, porque tinha lá os lugares marcados e, de facto, sabia que tinha direito àqueles lugares. -----

----- Sobre a forma como a Associação Nacional de Farmácias ia usar o identificador poderia haver aí alguma dificuldade de entendimento entre essa instituição, a EMEL ou a Câmara, mas isso não devia obstar a que se aprovasse a proposta do condicionamento, porque a Junta de Freguesia de Santa Catarina, pela voz da sua

colega Maria Augusta Oliveira, em representação da sua Presidente de Junta que continuava doente, o Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo, os moradores, os comerciantes e todas as organizações que estiveram nas várias assembleias de discussão pública sobre esta matéria, e também dos moradores e comerciantes da Encarnação que podiam sofrer com o processo de alargamento, foram muito participadas. Voltava a dizer que tinha pena e lamentava que a Associação Nacional de Farmácias não tivesse ido, e, posteriormente, viesse a reconhecer que era bom dialogar com os autarcas. -----

----- Por outro lado, também entendia que não se devia dar a oportunidade de ser a Associação Nacional de Freguesias a bloquear a aprovação deste regulamento, que era indispensável para moradores e comerciantes da zona, que já aprovaram, uns com algumas críticas que foram melhorando, que assim se processasse. -----

----- De facto, a Associação Nacional de Farmácias podia ter muito poder, mas não deveria ter o poder de não deixar que se aprovasse este regulamento. -----

----- Com certeza que se devia dialogar, a EMEL e a Associação Nacional de Farmácias deviam entrar em diálogo, se precisassem de mediador haveria a Comissão, mas não devia ser um bloqueio a que hoje aprovassem esta proposta. -----

----- **O Senhor Presidente**, não havendo mais inscrições, disse que retinha a posição da Comissão de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, no sentido da proposta 115/2004 baixar a essa mesma Comissão, posição essa que a Comissão não escreveu, e, portanto, estavam ali numa posição que tinham que definir. Se optassem por votar a proposta e a recomendação certamente que a questão ficava coberta e iria ser negociada entre a Câmara Municipal, a EMEL e a Associação Nacional de Farmácias no sentido de se encontrar a melhor solução. -----

----- **O Senhor Vereador António Monteiro**, no uso da palavra, disse que já foi ali dado o ponto de vista dos representantes das Juntas de Freguesia e não deixava de ficar surpreendido com o carácter da recomendação porque se algo podia ser dito não era recomendar à EMEL nem à Câmara que fosse ouvida a Associação Nacional de Farmácias, já que o que estava ali em causa, se calhar, era recomendar à Associação Nacional de Farmácias que dialogasse com as autarquias que estiveram envolvidas no processo. -----

----- Era importante que tivessem presente a história real daquilo que se passou e que foi ali confirmada pelas Juntas de Freguesia. O processo iniciou-se a pedido da Junta de Freguesia de São Paulo e da Junta de Freguesia de Santa Catarina, foram realizadas oito reuniões, quatro com residentes, quatro com comerciantes e diversas entidades, e pensava não cometer nenhuma inconfidência se dissesse que o Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo, que não era do seu partido nem do partido da maioria, tinha ficado bastante agastado com a Associação Nacional de Farmácias quando tentou que essa instituição, tanto quanto possível disponibilizasse estacionamento para os residentes, e ela respondera-lhe negativamente e recusara-se mesmo a conversar com ele. -----

----- É que, de facto, este tem sido um processo participado entre a Câmara, as Juntas de Freguesia e a EMEL, todos tinham trabalhado tendo em vista o mesmo objectivo que era melhorar as condições de segurança naquele bairro. -----

----- Nessa recomendação, por exemplo, admitiria que se incluísse a preocupação com o estacionamento dos residentes, mas nisso a recomendação era perfeitamente omissa! Recomendava-se alguma coisa à Associação Nacional de Farmácias para colaborar com as Juntas no sentido de disponibilizar estacionamento para os residentes? Não, não estava nada na recomendação nesse sentido. -----

----- Portanto, não podia deixar de ficar surpreendido pelo facto da recomendação do Partido Comunista Português defender aquilo que era a posição de uma das muitas entidades que eram afectadas pela introdução deste sistema, e, mais do que isso, uma entidade que, de forma arrogante, se recusara a dialogar com as Juntas. -----

----- O problema era que a recomendação não tinha que ser feita à EMEL, às Juntas de Freguesia ou à Câmara Municipal porque essa questão nunca se pôs visto que tinham estado permanentemente disponíveis para conversar com a Associação Nacional de Farmácias. O problema foi ao contrário! É que havia entidades e representantes que estavam designados pela Câmara, pela EMEL e pelas Juntas de Freguesia, que fizeram reuniões a que a Associação Nacional de Farmácias não quis comparecer, o Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo tentara dialogar com a Associação Nacional de Farmácias porque aqueles lugares seriam importantes para os residentes poderem estacionar neles à noite, e a resposta foi um não categórico e a completa ausência de diálogo por parte da Associação Nacional de Farmácias. -----

----- Disse que, por si, a recomendação poderia ser aprovada porquanto tinham-no feito e mantinham a intenção de constantemente fazer aquilo que estava nela sugerido, agora o problema não estava na EMEL, a Câmara e as Juntas não dialogarem, mas sim que era impossível dialogar com uma entidade que se revelara surda a esse sistema. -----

----- Por conseguinte, achava que era importante que a segurança daquela zona não fosse colocada em causa por um interesse corporativo, que era aquilo que estava neste momento a ser defendido na Assembleia. Era isso que teriam que ter presente, a população de São Paulo e de Santa Catarina estava primeiro e a recomendação não falava nisso. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que ouviu com toda a atenção o Sr. Vereador e não contestava, porque ignorava, aquilo que disse. -----

----- A Associação Nacional de Farmácias pedira para ser recebida, receberam-na e ouviram-na, e pensavam que a questão devia ser revista. Não sabiam se a Associação tinha sido arrogante ou não, não sabiam se não dialogou, não sabiam nada disso, pelo que, perante isso, e como autarcas responsáveis, fizeram uma recomendação, mas fizeram-na só sobre um problema que lhes foi colocado pelo que não tinham que pôr outras questões. -----

----- Portanto, concordavam com o Sr. Vereador que se a Associação não mostrava esse diálogo era mau, mas, de qualquer forma, havia questões a resolver

independentemente disso. E até admitiam que a própria Associação pudesse ceder alguns lugares aos moradores, porque exemplo! Era tudo um processo de diálogo com a EMEL. -----

----- Por isso, que não acusasse o PCP de que tinha feito uma recomendação e omitira determinadas coisas já que não tinham que colocar questões que não existiam. Estavam ali com um sentido construtivo, aprovavam também o regulamento e não eram factor de obstrução. -----

----- Daí que quando o Sr. Vereador dizia que não havia lugar para a recomendação não estivesse totalmente de acordo. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato submeteu à votação a proposta 115/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Depois submeteu à votação a recomendação apresentada pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei contra a Recomendação referente à Associação Nacional de Farmácias, apresentada pelo PCP, porque não pode uma organização que não esteve presente em nenhuma das reuniões públicas sobre a temática do estacionamento e do trânsito, e também porque não pode ser tratada de forma diferente das outras organizações, como hospitais, centros de saúde, conservatórias, etc. -----

----- Considero que é importante o condicionamento do trânsito na zona da Bica e a EMEL deve continuar o diálogo com a ANF.” -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei contra a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, referente à proposta 115/2004 relativa ao Regulamento Específico da Zona de Estacionamento de Duração Limitada de São Paulo, Santa Catarina e Bica, porque considero que a Associação Nacional de Farmácias teve oportunidade de dialogar, quer com a Junta de Freguesia, quer com a EMEL, quer com a CML e não o fez.” -----

----- **PONTO 23 – PROPOSTA – 117/ 2004 – APROVAR A ESCOLHA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONCEPÇÃO, COMO PROCEDIMENTO A ADOPTAR COM VISTA À SELECÇÃO DO MELHOR MODELO DE CENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DE APROVISIONAMENTOS DE BENS MÓVEIS E SERVIÇOS PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA, ASSIM COMO APROVAR O PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS DESTINADOS A SUPORTAR O PROCEDIMENTO PROPOSTO E AINDA AUTORIZAR A NOMEAÇÃO DO JÚRI, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO AO ARTº 22º DO D.L. 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO Nº 1 DO**

ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 117/2004 -----

----- “Considerando a necessidade de proceder à concepção e implementação do modelo de centralização de aprovisionamentos de bens móveis e serviços para o Município de Lisboa; -----

----- Considerando a especificidade, complexidade e carácter inovador de que se reveste o projecto a desenvolver, que se pretende dinamizador da modernização do funcionamento dos serviços e potenciador de elevados benefícios estruturais e financeiros; -----

----- Considerando que, para a prossecução deste objectivo municipal, se torna necessário recorrer ao apoio de entidades externas através de prestação de serviços especializados, que permitam seleccionar o modelo de centralização de aprovisionamentos mais adequado à realidade do Município de Lisboa e a posterior contratação dos serviços de desenvolvimento e implementação do modelo seleccionado; -----

----- Considerando que a concepção do modelo e posteriores serviços de desenvolvimento e implementação envolvem um encargo estimado de 2.500.000€ (dois milhões e quinhentos mil euros), que se refletirá no Orçamento do corrente ano financeiro e seguintes. -----

----- Tenho a honra de propor, nos termos dos artigos 18º, n.º 1, alínea b) e 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o artigo 11º, n.º 4.1 do Regulamento do Orçamento em vigor, que a Câmara delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal o seguinte: -----

----- 1. Autorizar a escolha de Concurso Público Internacional para execução de trabalhos de concepção, de acordo com o estipulado nos artigos 164º e seguintes do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, como procedimento a adoptar com vista à selecção do melhor modelo de centralização de aprovisionamentos de bens móveis e serviços para o Município de Lisboa e, nos termos definidos no artigo 164º, n.º 2, conjugado com o artigo 86º, n.º 1, alínea h), ambos daquele Decreto-Lei, à consequente contratação da prestação de serviços de desenvolvimento e implementação do modelo seleccionado; -----

----- 2. Aprovar o Programa de Concurso e Caderno de Encargos destinados a suportar o procedimento proposto, que constam em anexo e que desta proposta fazem parte integrante; -----

----- 3. Autorizar , nos termos do artigo 90º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a nomeação do Júri, a quem competirá a realização de todas as operações do concurso, constituído por um Presidente, 4 vogais efectivos e dois suplentes e , nos termos do disposto no artigo 108º, n.º 3 daquele diploma legal, e a delegação nesse mesmo Júri da competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes; -----

----- 4. Delegar no Sr. Presidente da Câmara a competência para determinar a composição nominal do Júri referido no ponto anterior, tendo-se em conta o disposto no artigo 170º, n.º 3 do citado diploma legal.” -----

----- (O programa de concurso, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivado, junto da proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 117/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 24 – PROPOSTA – 124/ 2004 – APROVAR A ALIENAÇÃO A JAIME DOMINGUEZ GONZALEZ & FILHOS LDA. OU A QUEM NO ACTO DA ESCRITURA PROVE SER O PROPRIETÁRIO DOS PRÉDIOS SITOS NA AV. ELIAS GARCIA, N.º 3/3 A E N.º 5, DA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL SITA NA AV. ELIAS GARCIA, TORNEJANDO PARA A RUA D. FILIPA DE VILHENA, DESTINADA A COMPLEMENTO DAQUELES PRÉDIOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 124/2004 -----

----- “Considerando que: -----

----- No âmbito do Processo n.º 1522/PGU/1996 foi homologado, por despacho de 1996/06/25 do Ex.mo Presidente da Câmara, um pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção de um edifício de uso misto (comércio e escritórios), sito na Av. Elias Garcia, 1/3/5, tornejando para a Rua D. Filipa de Vilhena; -----

----- No âmbito do Processo n.º 2380/OB/2000 foi aprovado, por despacho de 2002/12/19 da Ex.ma Vereadora do Pelouro de Urbanismo, o respectivo projecto de arquitectura, cuja utilização é, no entanto, de habitação e comércio; -----

----- A implantação do edifício projectado abrange uma parcela de terreno municipal que se mostra necessário alienar, para complemento da parcela de terreno para construção particular; -----

----- Face à autonomia de construção da referida parcela de terreno municipal, determinou o Ex.mo Vice-Presidente, Prof. Carmona Rodrigues, por despacho de 2002/10/29, que a mesma devia ser valorizada ao preço de mercado, não lhe sendo portanto aplicável a Deliberação n.º 133/AM/95, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e 53º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- A alienação a Jaime Dominguez Gonzalez & Filhos, Lda. ou a quem no acto da escritura prove ser proprietário dos prédios sitos na Av. Elias Garcia, n.º 3/3A e n.º 5, da parcela de terreno municipal sita na Av. Elias Garcia, tornejando para a Rua D. Filipa de Vilhena, representada a orla de cor verde na cópia da Planta n.º 03/063/05 do Departamento do Património Imobiliário, com a área de 553,71 m² e destinada a complemento dos prédios particulares supra referidos, pelo valor de € 1.806.300,00 (um milhão, oitocentos e seis mil e trezentos euros). -----

----- CONFRONTAÇÕES -----

----- Norte – Av. Elias Garcia, prédio n.º 7 da R. Eiffel, Jaime Domingues & Filhos, Lda. -----

----- Nascente – R. Dona Filipa de Vilhena -----

----- Sul – R. Dona Filipa de Vilhena e prédio n.º 13 da R. Dona Filipa de Vilhena -----

----- Poente – prédio n.º 7 da R. Eiffel e Jaime Domingues & Filhos, Lda. -----

----- (Processo Privativo n.º 135/DPI/2003)”

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 124/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PEV, PPM e BE, e a abstenção do PS. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 25 – PROPOSTA – 125/ 2004 – APROVAR A AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 2.311,00 M2 E A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 197,00 M2, ASSIM COMO APROVAR A ALTERAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDO A FAVOR DA SOCIEDADE “SOCOPARQUE – PARQUES DE ESTACIONAMENTO, SA” ACTUALMENTE DENOMINADA “ESLI – PARQUES DE ESTACIONAMENTO SA” SOBRE A PARCELA DE TERRENO SITA NO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA, DESTINADA À CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº 2 E ALÍNEA B) DO Nº 4 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 125/2004 -----

----- Considerando que: -----

----- De harmonia com as deliberações da Câmara Municipal de Lisboa e da Assembleia Municipal de Lisboa tomadas nas suas reuniões de 1993.05.26 e de 1993.06.24, respectivamente, sobre a Proposta n.º 232/93, foi outorgada em 1997.03.17 a escritura de constituição do direito de superfície em subsolo a favor da sociedade anónima denominada “*SOCOPARQUE – PARQUES DE ESTACIONAMENTO, SA*”, pelo prazo de 50 anos, sobre três parcelas de terreno municipais destinadas à construção e exploração de três parques públicos de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras, na Praça Paiva Couceiro, Campo dos Mártires da Pátria e Praça de Londres; -----

----- De acordo com o Número Dois da referida escritura, a parcela de terreno destinada à construção do parque de estacionamento do Campo dos Mártires da Pátria

se encontra delimitada a tracejado no Desenho n.º 228/92 do Departamento de Tráfego, apresentando a área de 4.565,00 m²; -----

----- No decurso dos trabalhos de execução do referido parque de estacionamento se verificou a existência no subsolo, dentro da área prevista para a implantação do parque, de um troço pertencente ao “Aqueduto das Águas Livres” que importava preservar, implicando a necessidade de se introduzirem alterações ao projecto de obra inicial; -----

----- Assim, de acordo com o projecto de alterações aprovado (Proc. n.º 16219/DOGEC/01), a área inicialmente cedida pelo Município à superficiária deverá ser reduzida para 2.451,00 m²; -----

----- Em face deste circunstancialismo, importa, pois, compatibilizar as alterações introduzidas no projecto da obra de edificação com o contrato celebrado entre o Município e a superficiária, designadamente no que respeita à alteração da área da parcela que foi objecto de constituição do direito de superfície, traduzindo-se essa alteração na redução de 2.311,00 m² da área inicial e num aditamento de 197,00 m² de nova área; -----

----- A referida área de 2.311,00 m² (representada a cor amarela na cópia da Planta n.º 03/178/04 do Departamento do Património Imobiliário), tinha sido desafectada do domínio público para o domínio privado municipal através da Deliberação n.º 54/AM/96 (Deliberação n.º 250/CM/96), cabendo agora repor a situação de afectação ao domínio público, em virtude de se prescindir de tal parcela para a construção do parque de estacionamento; -----

----- Por outro lado, a parcela de terreno a aditar, com a área de 197,00 m² (representada a quadriculado azul na cópia da Planta acima citada), integra o domínio público municipal e por esse motivo se torna necessário promover a respectiva desafecção de modo a permitir que a mesma fique onerada com o direito de superfície, garantindo-se, no entanto, o uso público na forma por que vem sendo praticado, ou seja, o atravessamento de peões e veículos, bem como o ajardinamento; -

----- De acordo com as alterações supramencionadas, o direito de superfície apresentará uma nova configuração e que a nova parcela, com a área total de 2.451,00 m², se encontra delimitada a orla de cor azul na cópia da mesma Planta, mantendo ambas as partes contratantes o interesse na manutenção das restantes condições anteriormente definidas na escritura de 1997.03.17; -----

----- Quanto à renda do direito de superfície, o respectivo montante não carece, nesta sede, de qualquer ajustamento em face da alteração da área da parcela, na medida em que no Ponto Primeiro do Capítulo VII da escritura de 1997.03.17 se determina que as rendas nele fixadas serão alteradas, para mais ou para menos, de acordo com o número de lugares de estacionamento que, após a execução da construção, o parque de estacionamento em causa vier a ter; -----

----- Por outro lado, na sequência da fusão operada através da escritura de 2003.12.19, a sociedade “SOCOPARQUE – PARQUES DE ESTACIONAMENTO, SA” alterou a respectiva denominação para “ESLI – Parques de Estacionamento, SA” e que tal fusão já se encontra registada, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos conjugados da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e da alínea i) do n.º 2 e da alínea b) do n.º 4 do artigo 53º, todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

----- – A afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 2.311,00 m², representada a cor amarela na cópia da Planta n.º 03/178/04 do Departamento do Património Imobiliário; -----

----- – A desafecção do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 197,00 m², representada a quadriculado azul na cópia da planta supramencionada, à qual foi atribuído o valor de € 2.838,77 para efeitos de escritura; -----

----- – A alteração do direito de superfície constituído a favor da sociedade “SOCOPARQUE – PARQUES DE ESTACIONAMENTO, SA”, actualmente denominada “ESLI – Parques de Estacionamento, SA”, sobre a parcela de terreno sita no Campo dos Mártires da Pátria, na Freguesia da Pena, destinada à construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo, traduzindo-se essa alteração na redução de 2.311,00 m² à área inicial e num aditamento de 197,00 m² de nova área, o que perfaz a área total de 2.451,00 m², delimitada a orla de cor azul na cópia da planta acima referida. -----

----- ÁREA E CONFRONTAÇÕES -----

----- Parcela com a área de 197,00 m² -----

----- Confrontações: Norte, e Poente – Município de Lisboa -----

----- Nascente e Sul – Município de Lisboa e parcela em direito de superfície (“SOCOPARQUE – PARQUES DE ESTACIONAMENTO, SA”). -----

----- Parcela com a área de 2.311,00 m² -----

----- Confrontações: Norte, Nascente, Sul e Poente – Município de Lisboa e parcela em direito de superfície (“SOCOPARQUE – PARQUES DE ESTACIONAMENTO, SA”). -----

----- Em tudo o mais se mantém o teor da Proposta n.º 232/93. -----

----- (Processo Privativo n.º 8/DPI/04)” -----

----- **O Senhor Presidente**, como ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 125/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 26 – PROPOSTA – 145/ 2004 – APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RESULTANTES DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E O CLUBE NACIONAL DE NATAÇÃO EM 2/09/2003, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ART.º 22º DO DL 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA E ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE**

SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 145/2004 -----

----- “Considerando que, -----
----- Na sequência das deliberações de 14/5/2003 e de 1/7/2003, respectivamente da Câmara e da Assembleia Municipais, tomadas sobre a Proposta nº 248/2003, em anexo, a Câmara Municipal de Lisboa celebrou em 2 de Setembro de 2003 com o Clube Nacional de Natação (CNN) um Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo, cuja cópia se junta e se dá aqui por integralmente reproduzida, tendo como objecto, nos termos da respectiva Cláusula 1ª, o financiamento total do futuro Complexo Desportivo do Clube Nacional de Natação, constituído por uma piscina coberta, um pavilhão gimnodesportivo e zonas de apoio; -----

----- Na Cláusula 6ª desse Contrato-Programa se estimou o custo global da construção em € 3.852.327, 50; -----

----- Conforme carta do CNN datada de 11 de Março de 2004, do concurso público internacional lançado para a execução da empreitada resultou a adjudicação da mesma à sociedade Alves Ribeiro, S.A., pelo valor global de € 4.611.566, 21 (quatro milhões, seiscentos e onze mil, quinhentos e sessenta e seis euros e vinte e um cêntimos), com um prazo de execução de 10 meses contados a partir da data de consignação da obra, documento este que se anexa juntamente com o correspondente cronograma de pagamento. -----

----- Mantendo-se o interesse público na concretização da construção do Complexo Desportivo, torna-se contudo necessário proceder à adequação do clausulado do Contrato-Programa às condições que efectivamente presidirão à respectiva execução, conforme o permite o nº 2 da sua Cláusula 15ª, -----

----- Tenho a honra de propor que seja: -----

----- 1- Aprovada a alteração das Cláusulas 6ª e 8ª do Contrato-Programa celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Clube Nacional de Natação em 2 de Setembro de 2003, nos termos que a seguir se transcrevem, passando o encargo total a suportar pela Câmara Municipal de Lisboa a ser de € 4.611.566, 21 (quatro milhões, seiscentos e onze mil, quinhentos e sessenta e seis euros e vinte e um cêntimos): -----

----- “Cláusula 6ª -----

----- O presente contrato-programa tem o custo global de € 4.611.566,21 (quatro milhões, seiscentos e onze mil, quinhentos e sessenta e seis euros e vinte e um cêntimos), repartido do seguinte modo: -----

----- - ano de 2004 - € 2.405.767,62; -----

----- - ano de 2005 - € 2.205.798,59.” -----

----- “Cláusula 8ª -----

----- A obra a financiar através do presente contrato programa deverá estar concluída até ao fim do mês de Janeiro de 2005, sem prejuízo das prorrogações graciosas a conceder pala C.M.L.”. -----

----- 2- Aprovado submeter à autorização da Assembleia Municipal a repartição de encargos resultantes das alterações ao Contrato-Programa, nos seguintes termos: -----

----- - Ano de 2004 - € 2.405.767,62; -----
----- - Ano de 2005 - € 2.205.798,59. -----
----- O encargo relativo ao ano de 2004 tem cabimento no Orçamento em vigor, com a
classificação económica 08.07.01 da orgânica 11.03 , acção do plano de actividades
11/03/A102 (Complexo Desportivo CNN).” -----
----- **O Senhor Presidente**, dado que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e
de seguida submeteu à votação a proposta 145/2004, tendo a Assembleia deliberado
aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PPM e BE, e a
abstenção do PCP e do PEV. -----
----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à
deliberação acabada de tomar. -----
----- Seguidamente, esgotada que esta a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a
reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada no passado dia 17 de Fevereiro. -----
----- Eram 20 horas e 30 minutos. -----
----- E eu , Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que
subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, . -
----- O PRESIDENTE -----